

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Faculdade de Ciências Sociais
Ciências Sociais

Contos & Estórias
Governo das condutas:
da formação do indivíduo e do controle

Projeto temático: *Ecopolítica: governamentalidade planetária,
novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Ariele dos Santos Rocha
Orientador: Prof. Dr. Edson Passetti

PIBIC-CNPq
Agosto, 2013
SÃO PAULO

Resumo

O objetivo da pesquisa — Contos & Estórias. Governo das Condutas: Da formação do indivíduo e do controle — é realizar através de análise de conteúdo histórico e teórico o estudo e abrangência das formas de controle utilizadas nos contos e estórias infantis durante a formação dos indivíduos. O relatório referente à primeira etapa da pesquisa contemplou a análise genealógica de contos de fadas, seu contexto histórico e as transformações pelas quais passaram, como forma de educação moral de crianças. Considerou-se a história da socialização das crianças por meio da produção do conceito de infância. A inserção das crianças na sociedade implica no governo de suas condutas — problema que atravessa a pesquisa —, primeiro uso do castigo sobre seus corpos e depois sua imaginação, fazendo incorporar os padrões estabelecidos. O relatório final, referente à segunda etapa da pesquisa, deu ênfase à criação do conceito *infância*, inseriu historicamente a criança, como alvo de controle familiar e social, sendo educada dentro de um sistema de regras e normas que se voltam a possibilitar, na vida adulta, alcançar as expectativas e as necessidades da sociedade. Dentro cenário vê-se a necessidade de criação de novas formas de exercer poder, controle e assujeitamento. A criança recebe a imagem de indivíduo fraco, dependente, irracional e mais tarde resignado. A educação dada à criança tida como *irracional* é imposta como forma de inserir um comportamento moralmente adequado e politicamente valorizado. A constituição de uma Literatura Infantil permeada por normas de comportamento e moral, apoiadas por um reino já existente em forma de narrativa oral – o reino dos contos de fada, fábulas e estórias infantis - passa a ser um meio de controle educativo. Este trabalho de Iniciação Científica integra o Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*, nos estudos relativos à educação de crianças e jovens.

Palavras-chaves: criança, controle, contos de fada, Literatura infantil

Sumário

Relatório de Atividades - Primeira Etapa da Pesquisa	4
Crianças e Jovens - Rio+20	4
Relatório Científico - Primeira Etapa da Pesquisa	6
Apresentação e Método de Pesquisa	6
Projeto Temático FAPESP & Iniciação Científica.....	7
Introdução da Pesquisa	7
Era uma vez - Onde tudo começou?	8
A construção da infância	10
Governo das Condutas.....	12
Análise dos Contos	15
Sê tu mesmo! – <i>Ser humano</i>	15
Pinóquio, o Grilo Falante e a Consciência	17
Quem és tu?	19
Alice no confuso País das Maravilhas	22
A Terra do Nunca	24
Peter Pan e Crianças Impossíveis	26
Relatório de Atividades – Segunda Etapa da Pesquisa.....	30
Relatório Científico – Segunda Etapa da Pesquisa.....	32
Contos, histórias, fábulas – <i>Transformação e Adaptação</i>	32
Infância & Adestramento dos corpos	33
<i>Literatura Infantil & Escolarização</i>	35
<i>O Patinho Feio – o Autor, sua história e a Estória</i>	37
Mowgli – <i>de menino a Homem lobo</i>	40
<i>Alice – um olhar mais atento ao País das Maravilhas</i>	43
A Pequena Sereia – Da obediência ao castigo.....	45
Chapeuzinho Vermelho – <i>Lobo mau, muito mau</i>	50
Conclusão	53
Bibliografia.....	55
Sites consultados	57

Relatório de Atividades - Primeira Etapa da Pesquisa

Durante a primeira etapa da pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico, leitura e sistematização de conteúdo. De acordo com o cronograma de atividades estabelecido ao início da pesquisa, o primeiro semestre, foi utilizado, para levantamento histórico – os contos e histórias infantis a serem analisados – e conteúdo teórico como base da defesa da pesquisa, além da problematização dos contos selecionados. Recebi orientação e indicações de leitura relativas ao tema da pesquisa e também obtive referências de apoio, tal como indicações de leituras, diretamente da orientadora, e também de integrantes do Projeto Temático Ecopolítica.

Objetivos alcançados:

Levantamento dos contos e estórias infantis e sinalizações iniciais para sistematização.

Dificuldades:

Cruzamento de informações teóricas. Mesmo com a facilidade quanto o acesso ao material histórico/analítico, houve certa dificuldade em encontrar material acadêmico que se adequasse à proposta inicial da pesquisa.

Estratégias:

A pesquisa está sendo realizada a partir de duas etapas:

- Levantamento analítico e histórico (contos e material acadêmico)
- Análise da proposta de pesquisa a partir dos dados levantados

Quanto às atividades relacionadas ao Projeto Temático, foi realizado um relatório referente ao evento Rio+20, especificamente relativo aos grupos com presença jovem, tais como *O Enlace das Juventudes* e o *Youth Blast*. Segue abaixo breve síntese dos relatórios realizados.

Crianças e Jovens - Rio+20

A articulação de movimentos com iniciativas do público jovem, como o **Enlace das Juventudes** e o **Youth Blast**, mobilizou jovens do mundo todo, as vésperas e durante a Conferência Rio+20. Faltando tão pouco para o prazo final relativo ao cumprimento das metas do milênio traçadas pela ONU serem apresentadas nada mais prudente do que incluir em eventos de grande peso os que representarão futuramente e que mesmo agora representam e apresentam as mudanças necessárias para a

possibilidade de vida em uma sociedade mais saudável. A Carta Final da Cúpula dos Povos, diz em parte:

“A transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas a partir das resistências e alternativas contra hegemônicas ao sistema capitalista que estão em curso em todos os cantos do planeta.”¹

Transformação social certamente é uma ação precisa para que mudanças sejam realizadas. No entanto, essa transformação deve ser acompanhada de uma transformação de pensares. A partir desse fundamental ponto de partida, sim, podemos repensar em uma realidade na qual através das crianças e dos jovens que hoje ganham seu espaço, apesar de forma precária e lenta, nas questões políticas que afetam seu presente e indubitavelmente seu futuro, seja possível alcançar não apenas metas do milênio, como também *metas humanas*.

Os resultados relevantes da Rio+20 poderão ficar mais evidentes apenas com o passar do tempo, porém, apesar de não termos certeza de que todas as propostas contidas na Carta Final da Cúpula das Nações serão levadas a cabo, ao menos foi possível comprovar o quão grande se tornou o contingente de juventude que está ciente da situação ambiental e social global.

Durante esse período também participei, como ouvinte, do *Colóquio Transformações da Biopolítica* (www.pucsp.br/ecopolitica/eventos/coloquio.html). Além de seminários, internos e públicos relacionados ao Projeto Temático FAPESP.

Sessões Públicas na Dessemana da Faculdade de Ciências Sociais PUC-SP.

26/10/2012 – *Punições de crianças e jovens*

30/10/2012 – *Arte e invenção da liberdade*

01/11/2012 – *Universidade e segurança*

Colóquio *Transformações da Biopolítica* (Nu-Sol/FAPESP/PUC-SP)

10/10/2012 - *Populações e ambientes*

10/10/2012 - *Biopolítica e segurança*

11/10/2012 - *Documentário Ecopolítica-Segurança*

¹ CFSC. *Declaração final Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental - Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*, 2012. Disponível em <http://cupuladospovos.org.br/>

11/12/2012 - *Resiliências e resistências*

11/12/2012 - *Regulações e ecopolítica*

Seminário

19/09/2012 – *Resiliências* (Salette Oliveira)

Eventos especiais

08/10/2012 – Aula-Teatro: *Saúde!*

Relatório Científico - Primeira Etapa da Pesquisa

Apresentação e Método de Pesquisa

Os sistemas de valores que são predominantes, assim como as práticas sociais relacionadas às formações e práticas que constituem formas da existência humana, expressam um poder negociado ou consentido.

A contínua complexidade da sociedade exige a invenção de novas formas de assegurar sua existência, assim o poder se rearticula em outras bases de sustentação. O poder é produtivo não apenas devido à sua capacidade civilizatória, mas também por ter esta capacidade de se apresentar em outras bases.

A presente pesquisa buscará através de análise de bases analíticas e históricas, com fundamentos na *genealogia do poder*, as formas pelas quais há a inserção e a manutenção do poder sobre corpos e imaginário de crianças.

Um dos métodos, corrente desde que se tem memória até os dias atuais, é o da utilização de contos e histórias, que passaram da forma narrativa e adentraram na literatura voltada para o público chamado infantil, com a finalidade de inculcar valores e regras impostas pela sociedade aos sujeitos e que os acompanham por toda a vida.

A análise de como surgiram essas histórias e contos, o contexto histórico no qual foram escritos, e os valores que cada uma objetiva reproduzir, será problematizado no decorrer deste relatório e da pesquisa.

Projeto Temático FAPESP & Iniciação Científica

O Projeto Temático *Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle* têm como objetivo principal “situar a passagem da biopolítica - controle da vida da população - na sociedade disciplinar, para a ecopolítica - controle da vida do planeta - na sociedade de controle”².

Por sua vez, a presente pesquisa e o projeto se relacionam ao apresentar e dar visibilidade e compreensão as formas de controle da vida dos indivíduos desde a primeira infância. Tem como objetivo focar formas de controle e disciplina que são inseridos à cultura de cada sociedade. A implantação de tais padrões é explorada no período mais “fértil” da vida dos indivíduos - durante a infância. As histórias e contos infantis são um exemplo sutil, promissor e muito bem elaborado para a normalização e obediência a essa cultura produzida e inserida de cada sociedade.

A procedência dos contos de fadas e estórias infantis, quando analisadas, pode demonstrar seus sutis objetivos. A modificação e as adaptações que esses sofrem com o passar do tempo, devido à modificação e adaptação das regras já existentes nas sociedades, comprovam a sua importância.

Assim entender como o controle, no que diz respeito à educação, a moralização e a socialização, é inserido na vida de crianças, podem ajudar-nos a compreender as bases das sociedades em geral, além de prover uma melhor explicação do modelo da sociedade a qual fazemos parte.

Introdução da Pesquisa

As estórias e contos infantis nada mais são do que formas de controle *divertidas e educativas* que inserem desde a mais tenra idade padrões de conduta e os resultados de segui-los ou não. Punição e recompensa: estes são os temas principais de todas essas estórias. Na infância a obediência é implantada, pela educação dos pais no núcleo familiar, mais tarde na escola e por meios mais sutis, como programas divertidos e educativos, estórias e contos de fadas. Estes últimos, sendo eficientes ferramentas de controle.

As impressões de certo e errado na infância ainda não são definidas, elas são com o tempo, construídas de acordo com os padrões da sociedade da qual se faz parte, e como

² Citação retirada do site oficial do *Projeto Temático Governamentalidade planetária novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*. Disponível em www.pucsp.br/ecopolitica/o_projeto.html

nenhuma sociedade é igual, as regras no geral, excluindo é claro as regras universais, são diferentes. É interessante percebermos que essas regras universais tomam um significado muito forte conforme crescemos; se tornam tão fortes que ao sermos declarados como adultos parece-nos que as mesmas sempre fizeram parte de nós. Por que isso ou aquilo é errado? O que é justo ou injusto para mim é justo e injusto também para os demais ou essa é uma impressão só *minha*?

Ao analisarmos questões como essa é que nos apercebemos de quão eficazes são os meios de formação utilizados pela sociedade de controle. Todas as sociedades possuem histórias que contam sua própria história e que explicam seus costumes e crenças. São por esses meios que se explica a uma criança porque se deve obedecer, porque ser ganancioso ou mentiroso é prejudicial e assim por diante; porque apesar dessas histórias serem diferentes, no fundo o âmago das questões, os verdadeiros objetivos de todas elas, são os mesmos.

Por essa razão ao as analisarmos percebemos um mesmo contexto: o bem sempre vence o mal; a verdade sempre aparece; os maus sempre são castigados, para mocinha ou mocinho serem felizes, ambos devem se casar, ir para seu reino justo e continuar reinando com justiça para poderem receber sua recompensa: serem felizes para sempre. Mas o que vem antes do “Era uma vez”, o que vem depois do “E viveram felizes para sempre”?

Era uma vez - Onde tudo começou?

A procedência dos contos de fada/infantis é imprecisa, devido a sua primeira forma ter sido em narrativa. Surgiram primeiramente como manifestação cultural de cunho popular, alimentada por narrativas de casos, temores, sonhos e cultura de cada povo – o que inclui construção e por sua vez, a propagação de normas de conduta e moral.

Esse cunho popular torna visível a razão de os heróis das narrativas estarem, em geral, em situação de inferioridade no que se refere a sua própria realidade, condição, porém, superada através do auxílio de elementos ou criaturas mágicas.

A passagem entre a oralidade ao texto escrito dos contos, destinada às crianças é assinalada pela inclusão da moralidade e formação de caráter ético. A noção de família nuclear, que surge com a ascensão da burguesia no século XVIII, passa a valorizar a infância, fase há pouco constituída, enquanto etapa que merece a atenção dos

educadores, justamente por ser uma fase existencial propícia à aquisição de hábitos e formação do futuro adulto.

Surge a necessidade de investimento na educação como forma de preparar o sujeito para a vida adulta, e a literatura chamada infantil, com propósito de atender a imposição da burguesia, que visualiza a necessidade do grande número de trabalhadores - que passam a ser necessários com as revoluções que consolidaram o capitalismo industrial - terem ao menos o mínimo de instrução para acionar a produção fabril dependentes de técnicas de leitura, escrita, contagem e cálculos elementares.

Pode-se encontrar em determinados contos, afinidade com os ritos iniciáticos de povos primitivos, nos quais o iniciado submete-se a diversas provas cuja superação atesta seu amadurecimento. Há ainda estudiosos que acreditam que os contos provieram de mitos dessacralizados, mas devido ao contraste entre os mitos e os contos, existem controvérsias quanto a isso.

Não se pode negar, entretanto, as similitudes entre os mitos e os contos, como por exemplo, a influência que ambos recebem das civilizações em que surgiram e o desafio em identificá-los no tempo e espaço. Em ambos podem-se identificar elementos mágicos e/ou sobrenaturais, além da presença do sagrado.

Sua procedência imprecisa dificulta a precisão quanto à cultura e temporalidade dos contos, já que os mesmos se referem a uma realidade e universo incomuns, com elementos extraídos da realidade trivial aos seres humanos, como família, desejos pobreza e etc.

Foi no século XVII, com Charles Perrault, que os contos de fadas deixaram de ser apenas narrativas orais e se tornaram literatura. Naquela época, nascia na corte francesa à noção de *civilité* e os bons modos passaram a ser valorizados. Perrault, após ouvir as histórias de contadores populares, as adaptava ao gosto da corte e acrescentava ricos detalhes descritivos, bem como também diminuiu trechos que faziam referência a rituais da cultura pagã popular ou a sexualidade humana, já que o contexto histórico que permeava sua época era o de conflitos religiosos entre católicos e protestantes durante a contra reforma católica. Uma vez que suas versões tinham como intuito a instrução moral para as crianças ao final de cada narrativa, sob a forma de versos, adicionava uma à moral da história.

Jacob e Wilhem Grimm – os Irmãos Grimm - autores alemães, que vieram de um ambiente rural e vivenciaram a ocupação napoleônica do século XIX, registraram suas histórias nas versões originais, sem as adaptações e lições morais de Perrault. De

acordo com alguns estudiosos, os Irmãos Grimm tiveram como interesse inicial, ao produzir tais versões dos contos, o estudo da língua alemã e o registro de seu folclore, de modo a recuperar a realidade histórica do país. Para o contexto da França no qual Perrault inseriu suas versões dos contos, o conceito de *civilité* era fundamental. No caso dos Irmãos Grimm, a questão fundamental não é essa; a Alemanha do início do século XIX não havia sido completamente unificada e em um movimento para unificar a cultura e o povo através dos discursos e hábitos populares, criam suas vertentes mais *realistas* (alguns podem dizer violentas) dos contos populares.

Apesar de suas diferenças, tanto Perrault quanto os Irmãos Grimm, dirigem as histórias para as crianças com um objetivo muito claro: estipular regras de comportamento. Suas versões de contos fantásticos nada mais são do que escritos para adultos traduzidos em uma linguagem para crianças. O interesse era através desses, infundir a realidade de sua sociedade a esses futuros adultos. No caso de Perrault, a realidade da corte francesa, com todos seus valores típicos (casamentos arranjados e outros tipos de acordos políticos etc), e no caso dos Irmãos Grimm, com uma realidade que apresenta a busca por uma legitimidade para o que as pessoas no campo estão vivenciando, ou seja, uma realidade nada bonita e violenta.

Hans Christian Andersen, também transcreveu algumas histórias, mas foi, além de contador, um inventor de estórias. Estórias essas que por conta da própria história de vida, não muito bem-sucedida de Anderson (órfão de pai, com mãe alcoólatra), nem sempre tinham percursos e/ou finais felizes, mas que não deixaram de ser considerados, contos de fadas, pela magia que as envolve. Andersen inaugurou uma nova forma de contar histórias, nas quais os heróis e heroínas não são príncipes ou princesas, mas sim, as próprias crianças. Essa tendência foi a provável precursora para as histórias fantásticas como as de Charles Lutwidge Dodgson (Lewis Carroll), e as aventuras de Carlo Collodi, assim como de outros autores.

A construção da infância

De uma forma lógica, associamos a infância diretamente às crianças, mas como comentado brevemente anteriormente, o conceito de infância, entretanto, é muito mais moderno do que, em termos gerais, se é conhecido.

A infância em seu conceito e caracterização ganhou espaço na sociedade, a partir do século XVI, antes disso ocorrem nenhum ou poucos vestígios de documentos nos quais crianças sejam citadas, ou que sugere algo a respeito de sua infância. Por meio

de análises nota-se que registros históricos sobre a infância surgiram apenas na Idade Moderna.

As crianças até então, eram consideradas incapazes e insignificantes, apenas mais um contingente misturado ao restante da sociedade, considerando-se mesmo o contexto núcleo-familiar.

“A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância.” (Carvalho, 2003: 47).

Visto serem incapacitadas, de acordo com a visão da sociedade, as crianças deveriam ser guiadas pelos adultos, pelo menos até que o período mais frágil da vida tivesse passado e os mesmos pudessem ser inseridos no contexto geral da sociedade, até que seu potencial como força de trabalho pudesse ser totalmente explorado.

Essa primeira fase de fragilidade era curta durante a Idade Média, a *infância*, acabava precocemente. Neste contexto podemos visualizar então, o surgimento da miniatura do adulto iniciando na vida em sociedade - deixando de ser um *alguém sem* identidade ou existência relevante, para mais um a ser incluído no aglomerado necessário ao giro de capital humano.

“De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.” (Ariès, 2006: 9).

A falta de interesse para com as crianças se delongou por séculos, até que esse sentimento de insignificância fosse dissociado a imagem. Somente a partir do século XVI houve progresso quanto à visibilidade, atenção e ganho de espaço das crianças ao contexto social, fato que inclusive repercutiu na queda do índice de mortalidade infantil.

“A criança é uma invenção recente nesse universo, enquanto personagem central da organização da família (...)” (Redin, 1998: 15).

A infância, portanto, não é um elemento natural, mas uma construção social/política, que se torna cenário de um fenômeno universal no qual a criança é introduzida e passa a adequar sua linguagem, hábitos, costumes e regras da sociedade na qual se desenvolve e na cultura a qual pertence.

Governo das Condutas

Os contos de fadas e as estórias infantis, em geral, não são localizados no tempo ou espaço, assim poderiam ter ocorrido em qualquer lugar e em qualquer época, e esse é mais um dos aspectos que fazem com que eles tomem caráter universal.

Em alguns existem fadas madrinhas representantes do bem, assim como criaturas mágicas do mal. Há os personagens que buscam sua felicidade, sofrem injustiças, que lutam contra o mal que os persegue e prejudica e recebem sua recompensa; assim como há em contrapartida as bruxas, as madrastas (que passam a carregar o estereótipo de maldade) e diferentes criaturas do mal, que prejudicam e tentam destruir a felicidade dos bons e que mais tarde sempre recebem o castigo por suas ações.

Além da aparição de criaturas espirituais com as quais as crianças se identificam ou passam a temer, há também a busca e luta por algo, que seja a pessoa amada, um objeto perdido ou enfim, algo que trará ou devolverá a felicidade a quem a procura. Por esse meio vemos então a introdução de um reino espiritual na vida das crianças, além da importância da luta, pelo que se deseja.

Stirner aponta a procedência do guerreiro na criança, a expressão da criança é o terreno, é o que ela vê e pode ter. Nessa questão de poder *ter*, é interessante notar o diferencial da fase adulta, na qual a luta muitas vezes é por algo que não se conhece ou entende e que mal tem valor para quem luta por ela. A criança luta por um objeto, por algo palpável que para ela no momento é importante obter. Essa luta não envolve nada espiritual ou divino, envolve apenas o objeto desejado, a luta e a conquista.

Nesse ponto, os contos e estórias reforçam algo que já existe no espírito da criança, e por outro lado, introduzem a questão da *espiritualidade*, já introduzida anteriormente pelas outras instituições as quais a criança se encontra inserida e *dominada*, assim como abordado por Stirner no trecho a seguir:

Deus, a imortalidade, a liberdade, o humanitarismo, etc., são-nos insuflados desde a infância como ideias e sentimentos que, de modo mais forte ou mais leve, atingem a nossa interioridade e, ou nos dominam inconscientemente, ou, em naturezas mais ricas, se exprimem em sistemas e obras de arte; mas trata-se sempre de sentimentos impostos, não despertados em nós, porque neles acreditamos e deles dependemos. (Stirner, 2004: 57)

No primeiro encontro que tem com a lagarta, Alice é indagada: “Quem és tu? – (Carrol, 2000: 61). Se essa pergunta é feita a qualquer um, a resposta é nome e sobrenome (indica instituição família a que se pertence), profissão ou ocupação (indica seu papel na instituição Estado), onde moramos (indica a comunidade a qual se pertence) e assim por diante, porque todas essas são as instituições que fazem de nós quem somos.

Tal fato é uma das evidências que demonstram o controle que é exercido sobre um indivíduo. Apesar de Foucault afirmar que há certa positividade no controle dessas instituições (uma vez que certas instituições podem nos proporcionar o bem), afirma também, as restrições a nós impostas por parâmetros de bem e mal como o problema do homem.

Pelos padrões e pelas normas de moral, pelo controle constante, que as crianças passam da infância e são encaminhadas para a vida adulta. Os contos e histórias são apenas mais um dos infindáveis meios de propagar tal controle. Como os mitos, essas estórias e contos são passados de geração em geração, e apesar de haver algumas modificações nos mesmos - já que as regras e normas também podem se modificar com o passar do tempo - sua existência e preservação são sempre em prol dos mesmos objetivos: educar, disciplinar e moralizar de acordo com a especificidade da sociedade em questão.

O artigo 4, do Título I do Estatuto da Criança e do Adolescente diz:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”³

O conceito moderno que é a infância passou a ocupar diversos espaços sociais – da mídia e da medicina ao consumo e literatura, entre vários outros, de forma que sua existência perpassa processos de acumulação de saberes sobre o corpo, o desenvolvimento, as capacidades, as vontades, as tendências, potências infantis que, por sua vez, imbricam em mecanismos de poder, cujo resultado é a produção de uma infância governada, segundo normativas da sociedade.

Ocorreram mudanças nas relações entre adultos e crianças. A modernidade reprimiu a liberdade da criança em falar e expressar-se livremente, a disciplina produziu

³ PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

corpos dóceis não por efeito da supressão de uma individualidade, mas por mecanismos que agora não parecem mais tão úteis à individualização dos corpos infantis.

“A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas.” (Foucault, 2011: 190)

As culturas humanas produziram e prosseguem produzindo significações para cada uma das etapas da existência do homem, regras de conduta são institucionalizadas para as diferentes fases da vida e passaram a ser expressas através do desempenho de papéis sociais. Aquilo que se diz sobre a infância hoje e o que a criança diz da infância pode servir para mostrar os pontos pelos quais passa o exercício do poder.

“Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas.” (Foucault, 2011: 192)

Ao falar das instituições panópticas, Foucault, inclui entre elas a escola. Na atualidade, a escola, embora por muito tempo ignore as diferenciações de idade, se concentra na disciplina, que tem uma gênese religiosa e extremamente rígida, com códigos de conduta, que em muito, se aproximam dos existentes nas prisões. Grade curricular, disciplinas, rigor de horário de entrada/ saída, disposição espacial, medidas punitivas, entre outros exemplos, mostram a aproximação dessas instituições.

A escola deixa de ser um ”privilegio” das classes dominantes e passa a ser um direito garantido á criança e ao adolescente e um dever do Estado. Desde a primeira infância, essa instituição amplamente burocrática, age como um dos principais agentes de socialização, que se dá pela subordinação e pela inserção de valores compatíveis com a futura posição nas divisões técnica e social do trabalho que cada indivíduo ocupará.

“(…) no século XIX a expansão da técnica e a ampliação da divisão do trabalho, com o desenvolvimento do capitalismo, levam à necessidade da universalização do saber ler, escrever e contar. A educação já não constitui ocupação ociosa e sim uma fábrica de homens utilizáveis e adaptáveis. Hoje em dia, a preocupação maior da educação consiste em formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho, capacitados, porém, a modificar o seu comportamento em função das mutações sociais” (Tragtenberg,198: 15)

Ao retomarmos a Foucault, notamos que são os efeitos do poder que nos atravessa, desde crianças e que tomam a função de formar e domar nossos corpos, saberes, deveres e desejos nos sujeita à sociedade. Como explicou Foucault os micropoderes

“(…) encontram-se disseminados por todo o corpo social, assumindo as formas regionais e concretas, investindo em instituições, penetrando na vida cotidiana das pessoas e atingindo nas suas mais tênues extremidades o corpo dos indivíduos, realizando sobre ele um controle detalhado de gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.” (Foucault, 1979: 149-150)

Análise dos Contos

A seleção dos contos analisados e os ainda a serem analisados foi realizada de acordo com as impressões do pesquisador referente aos objetivos da pesquisa e melhor maneira de explicar a proposta da mesma.

Contos analisados durante primeira etapa da pesquisa:

- As Aventuras de Pinóquio - Carlo Collodi
- Alice no país das Maravilhas - Charles Lutwidge Dodgson (Lewis Carroll)
- Alice através do espelho e o que ela encontrou por lá - Charles Lutwidge Dodgson (Lewis Carroll)
- Peter e Wendy - James Matthew Barrie

Contos analisados durante a segunda etapa:

- João e Maria - Irmãos Grimm
- Chapeuzinho Vermelho - Charles Perrault & Irmãos Grimm
- O Patinho Feio - Hans Christian Andersen
- A Pequena Sereia - Hans Christian Andersen
- O Livro da Selva (Mogli o Menino Lobo) - Rudyard Kipling

Sê tu mesmo! – *Ser humano*

Humano é uma palavra com origem no latim *humanus* e designa o que é relativo ao Homem como espécie. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em seu Artigo VI declara que,

“Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.”⁴

O homem da Declaração dos direitos humanos é uma pessoa e, como tal deve ser tratado pela lei. Saber o que é ser uma *pessoa* é um dos problemas fundamentais da metafísica, a resposta a esta pergunta geralmente se associa à identificação de

⁴ ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/projeto_ecopolitica.html

determinadas características ou propriedades atribuídas tipicamente à pessoa (racionalidade, domínio de linguagem, consciência de si e dos outros, controle e capacidade para agir e etc), em contraste com outras formas de vida.

“Em nossa cultura, o homem (...) sempre fora o resultado de uma divisão e, também, de uma articulação do animal e do humano, em que um dos dois termos da operação era, ainda, posto em jogo.” (Agamben, 2002, p. 94)

Para Kant os seres humanos ocupam um lugar especial na criação, possuem um valor intrínseco, isto é, dignidade, o que os torna valiosos acima de tudo. Kant destacou a diferenciação dos seres humanos a outros animais, pela sua capacidade racional.

“(...) para indicar a classe do ser humano diferente de toda a natureza viva, nada mais nos resta afirmar que ele tem um caráter que ele cria a si mesmo enquanto é capaz de se aperfeiçoar segundo os fins que ele mesmo assume; por meio disso, ele, como animal dotado de faculdade da razão (animal rationabile), pode fazer de si um animal racional (animal rationale); - nisso ele, primeiro, conserva a si mesmo e a sua espécie; segundo, a exercita, instrui e educa para a sociedade doméstica; terceiro, a governa como um todo sistemático (ordenado segundo princípios da razão) próprio para a sociedade” (Kant, 1902: 321-322).

Existem diversas definições do que se trata ser *ser humano* ou *pessoa*. Podemos tomar como exemplo, John Locke, que estabelece a distinção entre homem, substância e pessoa e Friedrich Nietzsche, que define o homem como ser que avalia e que produz valores.

Os gregos possuíam duas palavras para dizer o que é a vida: *bios politikos*, que designava uma forma de vida propriamente política e *zoé* que designava o mero fato de viver, comum a deuses, homens e animais. Aristóteles diferenciava *bios* – que se refere à ordem dos modos de viver atribuída a uma existência no interior da pólis.

“O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.” (Foucault, 2006: 156)

De Nietzsche a Deleuze, passando por Foucault, o humano não é senão uma forma que se constitui no produto de seu relacionamento, com certas forças. O que nos torna *seres humanos*? Essa é a questão que percorre as aventuras de Pinóquio.

Pinóquio, o Grilo Falante e a Consciência

A história original de Pinóquio – com o título de *História de um boneco* - foi escrita em formato de folhetim por Carlo Lorenzini, conhecido pelo pseudônimo Carlo Collodi, entre os anos de 1881 e 1883, na Itália. A obra nasce no momento que a Itália precisava se reconstruir enquanto nação, incorporando nos italianos os valores de cidadania.

Após ter sido reunida em livro, o nome adotado foi o que conhecemos hoje, apenas *Pinóquio*, ou *As aventuras de Pinóquio* para algumas versões. Desde então tem sido traduzida para os mais diversos idiomas. Sua adaptação mais conhecida é a datada de 1940, realizada pela Walt Disney.

A história começa com um pedaço de lenha, que seria jogado a lareira de Mestre Cereja, para aquecer sua casa. Ao não conseguir se desfazer do pedaço de lenha, que ria e debochava dele, Mestre Cereja o presenteia a seu amigo Gepeto que planejava criar com o mesmo, uma marionete que soubesse dançar, esgrimir, dar saltos mortais etc. Após ganhar vida nas mãos de Gepeto, a marionete ganha o mundo, recusa-se a ir à escola, e vive grandes aventuras até reconhecer que os apelos de seu pai, do grilo-falante e da fada azul, precisavam ser ouvidos, para que seu sonho de se tornar um menino de verdade pudesse se realizar.

A vida de Pinóquio é tecida por uma forte tensão entre o que ele deseja, consegue e o que pode fazer. Cada vez que esse boneco mente crescem-lhe o nariz e as orelhas de burro como castigo, assim as suas transgressões ficam aparentes a todos. Por não ser humano, Pinóquio não é dotado de *consciência*, por essa razão o Grilo Falante substitui a consciência ainda não despertada e desenvolvida do boneco e lhe indica o que é *certo* a ser feito. Uma de suas aventuras (na qual é engolido por uma baleia e a qual nos remete a história bíblica de Jonas) se torna decisiva, pois concede a ele, tempo para *meditar* e decidir mudar seu modo de pensar e ações e assim ser merecedor da realização de seus desejos. Só depois disso, quando Pinóquio aprende a fazer uso de *sua própria consciência* é que lhe é concedido seu desejo.

Vemos nesse conto peças-chaves: a consciência do indivíduo só está correta quando está *programada* de acordo com as regras e padrões que a sociedade impõe e que existem apenas para o seu *bem*, se sua consciência ainda não está desenvolvida é preciso que você seja conduzido a fazer o certo, é preciso que você tenha instrução, que lhe seja apresentado o *caminho certo a seguir* até que você, através de reflexão, consiga perceber que se seu proceder não for o *correto*, e se esse proceder não for corrigido, o

mesmo poderá e irá lhe trazer conseqüências, visíveis não só a você, mas a todos os demais, assim como era no caso de Pinóquio com seu grande nariz e orelhas.

Assim ao tomar conhecimento disso, o indivíduo se dá conta que *precisa* ser guiado até que se emancipe e venha a ser uma pessoa de bom juízo, reconhecida por todos como tal.

Conforme Sócrates para nos tornarmos humanos, é necessário que nos libertemos de nosso criador - assim como Pinóquio precisou fazer quanto a Gepeto - para aprendermos quais são as *virtudes humanizantes*. Ser assim conhecido era o equivalente de ser humano para Pinóquio.

Em *O único e sua propriedade* Max Stirner aponta uma questão:

“Quem é que, de forma mais ou menos consciente, nunca reparou que toda a nossa educação está orientada no sentido de produzir em nós sentimentos, ou seja, de nos impor, em vez de nos deixar a iniciativa de os produzir, quaisquer que eles sejam?” (Stirner, 2004: 58)

Nessa mesma obra Stirner faz uma análise bem oportuna a respeito da *natureza* da criança e depois a forma que as mesmas são educadas. Aponta que na infância prevalece em nosso espírito a coragem e a teimosia, na infância “queremos descobrir a razão de ser das coisas, ou o que se esconde «por detrás delas»” (Stirner, 2004: 15).

"A partir do momento em que vê a luz do mundo, um ser humano busca encontrar-se: conquistar-se a si próprio no meio da confusão em que, com tudo o que há nesse mundo, se vê lançado sem orientação. Mas, por outro lado, tudo aquilo com que a criança contacta se rebela contra suas intervenções e afirma a sua própria existência. Assim sendo, e porque tudo está centrado em si mesmo e ao mesmo tempo entra em colisão com tudo o resto, a luta pela auto-afirmação é inevitável. Vencer ou sucumbir - entre estas duas possibilidades oscila o desfecho da luta: "o vencedor será senhor, o vencido súbdito: aquele exerce a soberania e os «direitos de soberania», este cumpre, com respeito e reverência, os seus «deveres de súbdito». Mas os dois são *inimigos*, e estão sempre alerta, atentos às *fraquezas* do outro: as crianças em relação aos pais, os pais em relação aos filhos (por exemplo, ao seu medo), e ou o bastão vence o homem, ou o homem vence o bastão.” (Stirner, 2004: 15).

Apesar de nascermos humanos biologicamente, é somente na aprendizagem e nas escolhas que fazemos, ou que nos são impostas, é que nos construídos como humanos e sendo reconhecidos como tal.

No decorrer de nosso desenvolvimento, nossa busca por interesses é substituída pela busca de ideias, ideais que não são nossos; também, sentimentos que não nos

pertencem são conferidos a nós, e com imposição sobre imposição, com a transformação de nosso *espírito*, somos declarados adultos.

Uma vez que, idéia de *certo* e *errado* para as crianças ainda não é algo definido, o sagrado não tem valor nem significado e por isso *amansar* o espírito desse indivíduo ainda em desenvolvimento, se torna mais fácil. Torna-se mais fácil construir as verdades, nas quais esse indivíduo baseará todo seu modo de ser, pensar e agir.

“(…) com a mesma necessidade com que uma árvore dá seus frutos, crescem em nós nossos pensamentos, nossos valores, nossos sins e não e ses e quês - aparentados e referidos todos eles entre si e testemunhas de uma única vontade, de uma única saúde, de um único terreno, de um único sol. - Se agradam ao vosso paladar, esses nossos frutos? Mas que importa isso às árvores!” (Nietzsche, 1998: 8)

Sendo adultos, adquirimos hábitos, e o principal hábito que nos é imposto, juntamente com nossa maioridade e com nossa responsabilidade, é a moral. A moral vem acompanhada do princípio do sagrado, que com o tempo passamos a confundir com nossa própria consciência. Diante desse sagrado perdemos o anterior espírito de coragem e ousadia que tínhamos quando crianças e perdemos *a sensação de poder*, pois começamos a agir *moralmente*.

O amansamento de nosso corpo e espírito quando ainda somos crianças, nos faz adquirir as *virtudes* que até então foram atreladas a idéia de sermos humanos. Se assim for, será que realmente temos a resposta do que é *ser humano*? *Ser humano* é apenas seguir o rebanho e nos conformar com a realidade e verdades construídas nas quais baseamos a nossa identidade? *Ser humano*, afinal, não é ser único? Há que se pensar.

“(…) o divino é a causa de Deus, o humano a causa «do homem». A minha causa não é nem o divino nem o humano, não é o verdadeiro, o bom, o justo, o livre, etc., mas exclusivamente o que é meu. E esta não é uma causa universal, mas sim... única, tal como eu. Para mim, nada está acima de mim!” (Stirner, 2004: 11).

Quem és tu?

Em 1862, Charles Lutwidge Dodgson - conhecido por seu pseudônimo Lewis Carroll – durante um passeio inventou um conto para distrair as 3 irmãs Liddell, esse conto se tornou uma das mais famosas histórias do mundo, que conta as aventuras de

uma menina que ao seguir um coelho branco, se vê em um mundo maravilhoso e diferente de tudo o que ela jamais havia visto.

A história de *Alice no País das Maravilhas* e sua continuação – *Alice no país do espelho* foi publicada apenas em 1864 após ser editada e receber novos personagens na trama da história.

A primeira edição foi um fenômeno no Reino Unido, com fãs célebres como a Rainha Victória e o jovem Oscar Wilde. O conto foi traduzido para 97 línguas diferentes, e ganhou mais de 100 edições. Em 1903, a história ganhou sua primeira adaptação cinematográfica, a mais recente adaptação foi realizada em 2010.

O livro se revela, em sua essência, uma crítica à condição do indivíduo de sua época, sufocado por inúmeras exigências e regras sociais, de acordo com Anthony Burgess (1996),

“(...) o contexto histórico em que está inserido o autor Lewis Carroll é um período de grandes avanços nos campos científico e tecnológico, bem como do surgimento de diferentes formas do pensamento filosófico, como o positivismo e o evolucionismo, ao mesmo tempo em que é uma época de moralidade rígida, puritana, que traçou um comportamento social marcado pelo radicalismo (...)” (Burgess, 1996: 115)

Há muitas controvérsias e polêmicas acerca da história de Alice e o mundo maravilhoso que conheceu, como por exemplo, o consumo de drogas alucinógenas; e há também especulações a respeito de seu autor. Carroll afirmou não ter escrito a história baseado em personagens reais, entretanto existem certas coincidências quanto à personagem principal de sua narrativa ser e a pequena Alice Liddell.

A Alice da vida real era filha de uma família abastada de Oxford e Lewis Carroll era um amigo da família e com frequência levava as crianças em passeios e piqueniques, nos quais as distraía com contos fantásticos. As especulações a respeito do autor giram em torno de seu relacionamento com crianças, em especial com Alice, mas muitas delas foram descartadas.

Alguns biógrafos de Lewis Carroll retrataram o autor como pedófilo, porém há também muitos autores modernos que contestam essa alegação, e afirmam que o autor foi mal interpretado, devido a alguns de seus hábitos/passatempos, como por exemplo, fotografar crianças seminuas, que segundo os que defendem Carrol, era algo dentro da moda na Inglaterra durante o período vitoriano. Sendo ou não mal interpretado, a falta de referências quanto o assunto inocenta o autor.

Passatempos do autor a parte, as aventuras de Alice podem trazer várias interpretações e pensares, mas um tema que chama a atenção na trama é a mudança que ocorre com a personagem durante narrativa. O que leva Alice ao país das maravilhas é a curiosidade, algo comum na infância. Seu questionamento sobre o país das maravilhas em comparação ao mundo em que ela vive a conduta dos habitantes desse mundo, e principal e fundamentalmente, seu questionamento quanto a sua identidade são o fundamento de sua aventura.

“Ai, meu Deus! Como tudo está esquisito hoje! E pensar que ontem tudo estava normal. Será que eu mudei durante a noite? Vamos ver: eu era a mesma quando me levantei esta manhã? Estou quase me recordando que me sentia um pouquinho diferente. Mas, se eu não sou mais a mesma, a pergunta é: ‘Quem afinal eu sou?’ Ah, aí é que está o problema!” E começou a pensar em todas as meninas que conhecia e que tinham a sua idade, para ver se teria se transformado em alguma delas.” (Carrol, 2000: 30)

A sociedade na qual a personagem está inserida, como já mencionado, era guiada por uma moral rígida, e esperava-se das crianças uma conduta adulta de comportamento. A pressão dessa sociedade era repassada dos pais para as crianças, que, logo no início da vida, já eram expostas a um dogmatismo moral – o jogo das aparências e de soterramento das próprias vontades era o esperado por essa sociedade.

Hoje, vivemos em uma sociedade não muito diferente da sociedade de Alice. Podemos dizer, que o que mudou, foi apenas o *modus operandi*. Como ela, somos obrigados a reprimir nossas vontades e assim o que realmente somos e até quem gostaríamos de ser, para podermos fazer parte da sociedade e sermos considerados normais. Nessa tentativa de fazer parte do todo, acabamos por desconsiderar e matar nossa própria identidade.

A tentativa de ocupação de si para consigo mesmo, nunca foi uma tarefa fácil, essa tarefa que os gregos tinham como essencial ao sujeito – a avaliação de seu *ethós* - como observou Nietzsche, se tornou uma ofensa frente à sociedade e em frente à vida comum. A problemática entre, conhecer e governar a si ou ser submisso a vontade da maioria é tão antiga quanto à busca da felicidade.

“A pressa é geral, porque todos querem escapar de si mesmos; geral é também a dissimulação tímida dessa pressa, porque queremos parecer satisfeitos; geral ainda é a necessidade de ornar a vida com novas explosões verbais, a fim de cercá-la com a confusão barulhenta de um parque de diversões. Todos conhecem esse estranho estado no qual afluem subitamente lembranças desagradáveis que nos esforçamos em expulsar de nosso espírito por meio de uma gesticulação violenta e gritos. Mas os gestos e os gritos da vida universal deixam pressentir que nos

encontramos todos com medo de nos lembrar e de entrar em nós mesmos. Qual é o mosquito que não nos deixa dormir? Vivemos num mundo assombrado, cada instante da vida tem algo a nos dizer, mas nos recusamos a escutar essas vozes irreais. Na solidão e no silêncio, temos medo que um cochicho fira nossos ouvidos, por isso odiamos o silêncio e procuramos nos aturdir por meio da vida em sociedade." (Nietzsche, 2008: 63)

A pergunta que cabe então é: no lugar de Alice seríamos capazes de responder a pergunta da Lagarta: Quem és tu?

Alice no confuso País das Maravilhas

Alice no país das maravilhas é uma história cheia de significados ocultos e criaturas maravilhosas, mas o ponto intrigante é o porquê da pequena Alice ir parar em um país tão estranho.

Alice é mais uma criança que precisa demonstrar um comportamento já adulto, de acordo com as condições impostas pela sociedade à qual ela faz parte. Essa exigência era como que uma preparação para o que seria cobrado na vida adulta.

Na vida adulta, responsabilidades, deveres e direitos que a maioria impõe são pressupostos. Segundo Sebastián Faure, “a criança é efeito do meio em que ela vive” (Faure, 1910: 26-27), sendo assim nada mais razoável do que desde a infância manipular o meio no qual os indivíduos vivem para, premeditar, por assim dizer, o adulto que deve se tornar. As instituições base - tais como a família e a escola - são essenciais fundamentais para essa preparação.

Tendo isso em conta, uma breve análise da instituição escola torna-se propícia. A função reconhecida pela escola é de formar o indivíduo para que mais tarde, o mesmo devolva à sociedade, por meio de seu trabalho, todo o conhecimento que adquiriu durante seu período estudantil a favor do desenvolvimento e aprimoramento da mesma.

Fora do âmbito familiar, a escola é o ambiente no qual a criança aprende antes de tudo a obedecer; obedecer a hierarquias dentro e fora da sala de aula; a obedecer a horários e prazos; aprende a louvar e obedecer a sua pátria, isso através do conhecimento de sua história e dos muitos que mudaram essa história.

Além dessa proposta, a escola assim como a prisão tem a função de exercer vigilância, proposta cumprida desde sua infraestrutura e organização até o conteúdo administrado em cada aula.

De acordo com Foucault, o indivíduo é produto das relações de poder na sociedade e de suas instituições. Nas instituições o indivíduo é fabricado, e uma vez que a sociedade é sua produtora, também é responsável por seu controle, desde o nascimento até a sua morte.

Em “Vigiar em Punir” logo no início do capítulo dedicado à análise da instituição prisão, Michel Foucault diz o seguinte:

“A forma prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis-penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los, tirar dele o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza.” (Foucault, 2011: 217)

Foucault não criou uma teoria de poder, por outro lado, identificou como os sujeitos atuam sobre os outros sujeitos. De acordo com sua análise, existe um triângulo no qual o poder, direito e verdade se encontram em seus vértices. O poder como direito, através da sociedade se coloca e se movimenta, assim sendo, se há um rei (governo), há também os súditos (governados); se há leis que operam, há também os que as determinam e os que devem obediência. O poder como verdade é instituído, por discursos e movimentos acometidos por essa organização ou mecanismo de controle e disciplina.

“para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la.” (Foucault, 1999:29)

As relações de poder se tornam observáveis através da disciplina e é por meio dela que essas relações são estabelecidas. O pretense governo de si (a moral), o governo de Estado (a política), e o governo da família (a economia) permitem que o equilíbrio entre as conjunturas nas quais a sociedade é baseada - a moral, a economia e a política – e a encaminham para seu *bem*.

Ao cair na toca do Coelho, Alice vai parar em um mundo onde fragmentos de sua realidade e de seu imaginário se misturam e onde talvez ela encontre as respostas das quais precisa, como por exemplo, a resposta da famosa e antiga pergunta “Quem sou eu?”.

Para que ela encontre essa resposta, primeiramente, Alice precisa retomar sua própria essência, após as transformações sofridas, encontros e experiências que ela vivencia na toca do Coelho, longe da família, da escola e das atividades de seu padronizado e rígido cotidiano. A *verdade*, o *errado* e a questão de *ser*, são questões com respostas aceitas de formas diferentes em ambos os mundos conhecidos por Alice – o mundo real e o País das maravilhas – tudo se trata em base da construção de verdades de cada um, afinal, a verdade é um valor de construção humana, propenso à interpretação.

Alice vai parar no País das maravilhas, porque ela começa a se aborrecer com seu cotidiano e segue o Coelho Branco a fim de fugir de sua realidade, ela foge do padrão infantil imposto; mas ao final da narrativa Alice acorda de seu sonho e pensa que ele foi absurdo, esquisito e maravilhoso demais.

Novas perguntas surgem dessa reflexão: Será que o que nos falta para desvendarmos quem somos não é esse aborrecimento de não encontrarmos a nossa identidade devido às amarras com que vivemos? Será que se desvendássemos essa, e ainda outras respostas, seríamos capazes de lidar com elas, ou assim como Alice, ao sair da toca do coelho simplesmente acordaríamos de um sonho que pareceu absurdo demais?

A Terra do Nunca

A peça Peter Pan, ou com o título original *The Boy Who Would Not Grow Up* estreou em Londres em 27 de dezembro de 1904 e foi um sucesso imediato. Seu autor James Matthew Barrie, publicou o trecho de *Little White Bird* dedicado a Peter Pan em um volume intitulado *Peter Pan em Kensington Gardens*, em 1906, e depois transformou aquela peça num romance, *Peter and Wendy*, em 1911.

Há duas versões para o surgimento do personagem Peter Pan. Em uma, Barrie a inventou quando contava histórias aos filhos da sua amiga Sylvia Llewelyn Davies. A outra versão, é que a inspiração para a criação do personagem teria sido o irmão mais velho de Barrie, David, que morreu acidentalmente patinando no gelo.

A narrativa trabalha com dois temas básicos: o confronto entre civilização e natureza — a primeira representada pela família Darling, a segunda pelo herói — e a divisão etária que separa infância e idade adulta, com o personagem focal que se recusa a crescer.

A história é mais conhecida através da adaptação para desenho animado produzido pelos estúdios da Disney, em 1953; depois desta versão, surgem muitas outras versões para o cinema.

Como a maioria das histórias infantis que tem por protagonistas crianças, é necessário que elas deixem seu lugar seguro e protegido (casa, família) e se afastem dos adultos para que possam viver uma aventura que, ao ter fim, os transforma. Isso é o que acontece com Wendy em Peter Pan, assim como com Alice em Alice no País das Maravilhas. Esse afastamento da realidade é o que proporciona aos personagens a possibilidade de enfrentar seus problemas sozinhos e voltar transformados – ou digamos maduros. Outros ingredientes básicos a narrativas de aventura e fantasia que podem ser encontrados na obra são: o desconhecido, o perigo, o herói e seu contraposto, o vilão.

Podemos notar com a história de Peter Pan, a idéia de adulto miniaturizado, incorporado à personagem principal, Wendy. Em contrapartida temos seu oposto, Peter, que como se sabe, é o menino que se recusa a crescer. Tudo o que deseja na vida é ser exatamente o que já é - criança.

Ao chegarem a Terra do Nunca, - o refúgio de Peter e dos Meninos Perdidos, lugar que inclusive é o que os proporciona a possibilidade de continuarem crianças -, Wendy e seus irmãos – se confrontam com os vilões – que são todos adultos - e com quem as crianças lutam de igual para igual, defendendo sua própria vida.

O retorno à realidade é o abandono a Terra do Nunca. Ao constatar que seus irmãos estão se esquecendo dos pais e da vida que tinham antes de conhecer Peter e visitar a Terra do Nunca, Wendy fica apreensiva, e percebe que não é possível ser criança eternamente.

“Wendy cresceu. Você não precisa ter pena dela. Wendy era uma pessoa do tipo que gosta de crescer e acabou chegando à idade adulta, por sua livre e espontânea vontade, um dia antes das outras meninas.” (Barrie, 2011: s/n)

As aventuras vividas na Terra do Nunca transformam os irmãos Darling, que retornam para casa mais maduros e preparados para crescer. O mesmo acontece aos Meninos Perdidos, que são adotados pelo casal Darling. Somente Peter permanece na Terra do Nunca.

“Todas as crianças crescem, exceto uma.” (Barrie, 1937: s/n).

Peter Pan e Crianças Impossíveis

Inicialmente a história de *Peter Pan e os Meninos Perdidos* foi escrita em formato de peça de teatral, destinada ao público adulto, e não ao público infantil como comercializado posteriormente. É um dos contos mais interessantes, relacionados à inadimplência e ao mesmo tempo a servidão voluntária e controle imposto às crianças. A narrativa de Barrie expressa uma visão de mundo específica acerca da criança em geral e de pequenos abandonados (Os Meninos Perdidos).

Analisando em um panorama geral, o primeiro ponto ao qual nos referenciamos ao pensar no personagem principal é sua recusa em se tornar adulto. Ele se recusa a crescer no sentido de não aceitar ser domesticado, se recusa a submissão às regras que tornariam um homem respeitável, e por essa razão, não há lugar para ele neste mundo, assim tem que partir e viver na Terra do Nunca.

A existência desse lugar único no qual o desejo de continuar criança para sempre pode ser realizado, a questão do principal inimigo de Peter Pan - o Capitão Gancho - ser justamente seu total oposto (adulto e *racional*), a visão refletida de Wendy, como uma criança *sensata*, que abandona a *Terra do Nunca*, e se propõe a seguir o *curso natural da vida*, se tornando adulta e *responsável*, além da questão do abandono infantil, são assuntos que podem ser discutidos no universo de Peter Pan.

A Terra do Nunca pode ser encarada como refúgio; nessa ilha (a margem do mundo real) os Meninos Perdidos têm leis próprias, respeitam seu chefe, Peter, não por medo ou por obrigação, mas porque têm orgulho de seus procedimentos e inteligência. A ilha é universo preparado especialmente para crianças e se configura em um esconderijo do mundo dos adultos. O principal inimigo de Peter – o Capitão Gancho – pode ser interpretado como símbolo das regras tradicionais que Peter se recusa a obedecer. Wendy é a criança que se lembra de seu lugar na sociedade, se lembra das responsabilidades, de sua família (a instituição a qual pertence) e por isso abandona, junto com seus irmãos e os Meninos Perdidos, a Terra do Nunca, inevitavelmente tendo que crescer.

(...) há quem acredite que um grande abismo separa o mundo dos menores do mundo dos adultos. Na realidade, esta distinção inexistente, porque o mundo do menor é uma continuidade do mundo adulto. Afinal, o adulto cria o menor procurando educá-lo para sua adaptação à sociedade” (Passetti, 1985: 9)

Ao abandonar a Terra do Nunca, abandonam a infância e suas próprias peculiaridades, enquanto indivíduos, e passam a representar seu papel dentro da sociedade ao se tornarem adultos.

Etienne de La Boétie, em seu *Discurso da Servidão Voluntária*, afirma que a liberdade é algo natural, e que além de nascermos senhores de nossa própria liberdade, possuímos também condições para defendê-la. O que, porém, é uma tarefa individual e intransferível. Em seu discurso ainda analise as 3 razões distintas para a servidão:

- *O hábito*. Os indivíduos são servos porque nasceram e foram criados dessa forma.
- *A covardia*. Os indivíduos aceitam a alienação e o poder que um tirano exerce sobre elas, e também, se submetem ao tirano para receberem algo em troca, a preço de sua liberdade.
- *Participação na tirania*. Essa participação faz uso de vantagens que o poder oferece, e apoiam diretamente os agentes tirania. Esses são os que colaboram para sujeição e a servidão e que asseguram o poder do tirano, visando obter lucro.

Peter se recusa a seguir qualquer dessas razões. Recusa-se a entrar para o mundo dos adultos e perder a liberdade de ser criança e voar livremente. Se recusando a tornar-se adulto, recusa o efeito imediato – tornar-se covarde -, por renunciar a si mesmo, ao obedecer a regras pré-estabelecidas, e se recusa a ser igual ao Capitão Gancho ou mesmo a seguir Wendy e os Meninos Perdidos quando os mesmo partem da Terra do Nunca.

Jacques Prévert, em *Contos para Crianças Impossíveis*, apresenta de maneira irônica, contos que refutam a autoridade e o controle administrados a nós desde crianças. Em um dos contos (A Avestruz) Prévert aponta uma questão já resgatada por William Godwin e por Max Stirner: a questão da *violência para educar*, direcionada às crianças:

“É inadmissível. Se os filhos não podem bater nos pais porque os pais podem bater nos filhos?” (Prévert, 2007: 10)

Essa violência tinha, e ainda tem o objeto da regulamentação do corpo, uma vez que a regulação da mente é realizada por meios diversos. Este cuidado em regulamentar, corpos e mentes simultaneamente, revela que por terem esse espírito livre e corajoso, tais indivíduos são os considerados *perigosos*.

“Houve um tempo em que surrar uma criança era próprio da conduta dos pais para melhor educar seus filhos. No interior da família, os genitores e os parentes, e fora dela, as autoridades superiores, escorados pela legislação e institucionalizações que sustentavam a continuidade do regime da propriedade, providenciavam para que a *boa* educação se constituísse.” (Passetti, 2011: 45)

As relações de poder se diferenciam do exercício de violência, por usar de saberes. Foucault constata que a articulação entre poder e saber permite um controle minucioso sobre os corpos dos indivíduos com o propósito de produzir corpos dóceis e úteis.

A Modernidade institui uma nova prática que não é a violência, de forma que aquele que é persuadido passa a exercer uma ação sobre si mesmo – notamos aqui a passagem da sociedade disciplinar para uma sociedade de controle.

Pesquisas inglesas indicam que, no início do século XX a situação da criança era grave não apenas nas classes inferiores. Havia um sistema diverso de castigos corporais a trabalhadores mirins, considerados preguiçosos e a alunos com dificuldades de aprendizagem, e assim, ao invés de atraí-los a vida escolar, os repelia pela rigidez. Para a criança pobre era ainda mais difícil, pois a mendicância era motivo de apreensão de menores em reformatórios, a fim de evitar a formação e proliferação de futuros delinquentes. Não havia escolha para os que não se adequavam aos padrões.

A partir de tal panorama não é difícil de entender a resistência de Peter a tal sistema.

“O que deixou Peter zozinho não foi a dor, mas a injustiça (...). Ele ficou sem ação, olhando fixo, horrorizado. Toda criança reage dessa forma na primeira vez em que recebe um tratamento injusto. Tudo o que ela se acha no direito de encontrar quando se aproxima de alguém é justiça. Poderá amar de novo uma pessoa que foi injusta com ela, porém nunca mais será a mesma criança. Ninguém se recupera da primeira injustiça. Ninguém, exceto Peter.” (Barrie, 1937: s/n)

Na realidade Peter não odeia crescer, odeia sim, as regras e os adultos que impedem o desenvolver de fantasias e que uma criança seja apenas uma criança.

Hoje, as preocupações com as convenções da sociedade, afastam o homem de si; como aponta Nietzsche, isso pode tornar os indivíduos doentes. Ainda, conforme Nietzsche, somente o conhecimento – um conhecimento diferente do relacionado à educação das crianças hoje - pode constituir um sujeito com e de ética.

O conhecimento senão esse mencionado por Nietzsche - um conhecimento de si e para si - resulta em construir o caráter, vontades e subjetividade do indivíduo, ou seja,

sua própria identidade, da mesma forma que faz o amontoado de tantos que se deixam guiar por vontades e valores alheios.

“Em nossa época, mais conformada e conformista, podemos rir e ironizar esse tipo de herói (...) que procura uma maneira singular de viver, fora dos padrões, normas e regras estabelecidas (...) o certo é que sem a presença desse tipo de heroísmo o nosso mundo se apequena. Torna-se cada vez mais difícil aprender algo sobre o que nós próprios não somos e não sabemos (...).” (Hara, 2012: 31)

A diferença de valores provém da dominação de homens por outros homens e o conceito de liberdade nasce pela dominação de classes sobre classes. Dessa forma, em cada momento da história a dominação é fixada em um ritual que impõe obrigações e direitos, constituindo cuidadosamente procedimentos. Pertencer a si mesmo exige coragem.

Relatório de Atividades – Segunda Etapa da Pesquisa

Durante a segunda etapa da pesquisa foi dada continuidade ao levantamento bibliográfico e leitura de material, conforme previsão do cronograma de atividades. Houve avanço no levantamento de material analítico-histórico e contemplou-se a segunda parte de contos e histórias infantis selecionados para análise.

Neste período houve acompanhamento de eventos vinculados diretamente ao *Projeto Temático FAPESP - Governamentalidade planetária novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle* (<http://www.pucsp.br/ecopolitica/>) e outros relacionados ao tema da pesquisa: encontros com a orientadora e demais membros do projeto, exposição de material e tema apresentados na primeira etapa da pesquisa - por meio de seminários internos dos bolsistas de iniciação científica - apontamentos para o segundo relatório, além de orientação de leituras de apoio para a continuidade da análise dos contos.

Seguem abaixo lista de atividades decorrentes neste semestre:

Atividades do Projeto Temático FAPESP

Documentário *Shoah*

01/04/2013 – 2ª Sessão

08/04/2013 – 3ª Sessão

15/04/2013 - 4ª Sessão

O documentário é composto de entrevistas de sobreviventes e agentes envolvidos diretamente com a “administração” dos campos de concentração e extermínio durante a Segunda Guerra Mundial. Analisa como o genocídio passou a fazer parte da memória do dia-a-dia das pessoas que vivenciaram este período. Apresenta como a burocratização e as novas tecnologias implantadas aos *campos de morte (grifo meu)* tornaram o funcionamento destes, *mais produtivos*, e também como esses sistemas adentraram na atualidade.

20/05/2013 – Aula-Teatro *limiaries da liberdade apresentada pelo Nu-Sol*⁵

A aula-teatro problematizou questões relativas às práticas da liberdade através de escritos de pesquisadores, filósofos e poetas. Atravessou a discussão sobre guetos,

⁵ Núcleo de Sociabilidade Libertária - <http://www.nu-sol.org/>

campos de concentração e de extermínio, conformismos e subversões para situar práticas de liberdade⁶.

Reuniões com Orientadora e Projeto Temático

09/05/2013 – Orientações para formulação de relatório final e discussão de tema de pesquisa

10/06/2013 – Exposição do Relatório Parcial, apresentação do esboço para Relatório Final, Indicação de leitura de apoio.

Eventos relacionados ao tema da pesquisa

27/03/2013 - Aula inaugural da Faculdade de Ciências Sociais

Aula inaugural das Ciências Sociais apresentada pelo Prof^o José de Souza Martins

04/06/2013 – Exposição realizada no Museu da Cultura-Puc/SP em parceria com Nu-sol

Estamos todos presos: *Mesa Redonda Maioridade Penal em questão*

A mesa discutiu questões relacionadas à alteração da idade penal, investimento na penalização na atualidade e a formação de jovens *capacitados e empreendedores de si*.

⁶Folder da aula-teatro 13 *limiaries da liberdade* disponível em http://www.pucsp.br/ecopolitica/eventos/aula_teatro.html - acesso junho de 2013.

Relatório Científico – Segunda Etapa da Pesquisa

Contos, estórias, fábulas – *Transformação e Adaptação*

Os contos de fada, fábulas e estórias, destinados às crianças, passaram por um longo processo de transformação e adaptação às necessidades da sociedade. Essas formas de inserção de valores e normas têm uma forma elementar estrutural básica, razão que os fazem ter sentido, dentro do que se pretende com os mesmos.

Algumas narrativas apontam semelhanças com a mitologia clássica, enquanto outras apresentam maior proximidade a histórias bíblicas – sendo assim, ao falar desse tipo de narrativa e mais tarde de literatura, é possível navegar em universos que migram do paganismo ao cristianismo, da visão e representação de vida camponesa à moral burguesa.

Esopo e *La Fontaine* com fábulas curtas e com item *Moralidade* ao fim de cada uma fizeram com que essas constituíssem meio de inculcação de ideias, compreensão e respeito à organização e funcionamento da sociedade, obediência a regras de conduta e comportamento - além de traçar um padrão de vida a ser almejado (DA ROCHA, 2001). A procedência ocidental das fábulas é atribuída a Esopo, autor de origem não muito exata, mas que seria originário da Trácia, Lídia ou Frigia, regiões da Ásia Menor, e teria vivido entre o final do século VII a.C e o princípio do VI a.C (SALEM, 1970). As fábulas passam de alegorias das normas de comportamento humano na cultura grega, para serem utilizadas como sátira e crítica no início da Era Cristã, mantendo, porém, o tom moralizante mesmo com *La Fontaine* na França do século XVII.

Charles Perrault (UNESP, 2012) levou os contos, em versões mais refinadas para a corte francesa, com o propósito de educar as crianças. Assim, as estórias de *Cinderela* e *Chapeuzinho Vermelho*, como exemplo, receberam adaptações civilizadas - e como bônus, lições de moral, conjuntas em seus respectivos finais felizes.

Os Irmãos Grimm, com uma proposta mais política de criação de uma identidade nacional germânica, adaptaram suas versões dos contos com foco na vida e realidade do campesinato. Com o surgimento de um interesse pela educação das crianças, aderiram à questão do papel moralizante das estórias e retiraram das versões originais, referências ao sexo, incesto e gravidez antes do casamento, contudo, mantiveram a punição dos *maus* presentes nelas. O lobo de *Chapeuzinho Vermelho* é esfolado pelo caçador, a madrasta de *Branca de Neve* é condenada a calçar sapatos de ferro incandescentes e dançar até a morte e a bruxa que aprisionara *João e Maria* é queimada (UNESP, 2012).

No século XX, os contos de fada atraíram a atenção de estudiosos da psicanálise, tais como Jung e Freud. Ainda hoje muitos neste campo de pesquisa sustentam que os contos oferecem às crianças, meios de tratarem com dilemas da vida.

No decorrer de sua história as narrativas em questão passaram a fazer parte de uma literatura voltada especialmente para um público infantil, público tal, que como apresentado no relatório parcial desta pesquisa, passou *existir* (ter importância) apenas a partir do século XVI. Até então, a infância era fase a ser superada, a condição da criança dentro da família e da sociedade era insignificante (ARIÉS, 1981).

As crianças (...) eram encaradas como homens de tamanho reduzido (ARIÉS, 1981), que deveriam ser incorporados ao restante da sociedade quando se tornassem úteis.

Segundo Ariés (1981) a infância que conhecemos hoje foi uma criação de um tempo histórico e condições socioculturais determinadas; a criança deixou seu papel de pouca importância para ocupar o centro da dinâmica e investimento social. Tal investimento por sua vez, passou a ter necessidade de administração, controle e disciplinamento mais elaborados e centrados.

“A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (...). Humildes modalidades, procedimentos menores (...). E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos” (FOUCAULT: 2011, 164)

Infância & Adestramento dos corpos

O conceito de infância conhecido hoje era inexistente antes do século XVI. A vida não era dividida em muitos estágios e os que existiam não eram tão claramente demarcados. Philippe Áries (1973), através da análise de obras de arte da época, aponta que a infância se tornou categoria autônoma diferenciada, apenas depois de um processo caracterizado como “devolução nos sentimentos”, ocorridos entre os séculos XVI e XVIII. A partir de então as crianças, antes sujeitos de pouco ou nenhuma importância, passaram a formar o centro do mundo familiar, como se observa em obras de arte que remontam a esse período.

Entretanto, essa centralidade social dada às crianças foi paga a um alto preço (que continua a ser cobrado até hoje): a incapacidade social-política plena (mais tarde, também jurídica). Com a Revolução Francesa, em 1789, a função do Estado se modificou e, com isso, a responsabilidade para com a criança e o interesse por ela.

Infância é um conceito cultural tanto quanto biológico, conforme Áries (1973) na maior parte da história, crianças com mais de sete anos foram tratadas como pequenos adultos, a noção sobre um período de inocência infantil se firmou pela primeira vez com o Iluminismo do século XVIII, chegando provavelmente, á seu ápice nos Estados Unidos, no início do século XX. O sistema judicial passou por transformações e a criação de novas leis - tais como as referentes ao trabalho infantil, e criminalidade juvenil - definiram o modo que as crianças deviam ser tratadas, um modo diferente dos adultos.

A construção social da infância se concretiza pelo estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para ela - o ato educar a criança passa a significar moralizá-la. Cabe dizer que é desde a infância que se amestra o indivíduo, reduzindo seus instintos de forma que o mesmo contraia, prematuramente, o hábito da resignação.

A constituição da escola, como mais um dos inúmeros veículos do serviço estatal, não tem por objetivo outro, senão, capacitação e adestramento do indivíduo, com a pretensão de prepará-lo para a vida adulta.

“A escola, diz-se, deve reconciliar-nos efetivamente com a vida, e preocupar-se bastante com ela para que os assuntos que um dia nos interessarão não nos sejam totalmente estranhos, nem impossíveis de compreender. Foi então com mais seriedade que tentaram familiarizar-nos com as situações e com os acontecimentos atuais, e elaboraram programas pedagógicos que deviam aplicar-se a todos, porque eles satisfariam a necessidade, comum a todos os indivíduos, de conhecer seu lugar no mundo.” (STIRNER: 2001,87).

A cultura criada a partir do sistema escolar de Estado, instituído mais fortemente pela sociedade burguesa, elege a obediência como a primeira e mais importante virtude. A *boa educação* representa um modelo de controle social que se funda na autoridade, na disciplina e no castigo.

Em geral, o castigo é empregado pelo o uso da força para prevenir um ato de hostilidade, usado como medida para causar a dor em uma pessoa considerada perversa, e que é sustentado no princípio de que o sofrimento é conseqüência do *mal*. O uso da força do castigo na penalidade é um poder de punir que se reveste, fortalece e perdura como medida de *justiça*.

Literatura Infantil & Escolarização

No século XVIII, com a ascensão da burguesia na sociedade europeia, surge a necessidade de haver um investimento na educação de crianças como forma de preparar o sujeito para a vida adulta. A escola e a chamada Literatura Infantil aparecem para as crianças com o propósito de atender a essa imposição burguesa.

Assim como a narrativa oral, a escrita se torna formadora de agentes que obedecem e reproduzem normas de conduta, comportamento e valores, válidas para sociedade. A literatura é um recurso da linguagem, resultante da existência política, social e cultural diretamente interligada à história e à herança de determinado povo.

“Uma viagem real carece em si mesma da força para refletir-se na imaginação (...). Por isso o imaginário e o real devem ser como que duas partes, que se pode justapor ou superpor, de uma mesma trajetória, duas faces que não param de intercambiar-se, espelho móvel.” (DELEUZE: 2011, 85)

O conceito e modelo de literatura infantil e escola conhecido atualmente nasceram conjuntamente. A escola em seus moldes atuais e os livros infantis surgiram no fim do século XVII e início do século XVIII tendo como função controlar o desenvolvimento intelectual da criança (ZILBERMAN, 2003). Os enredos da literatura própria para crianças procuravam transmitir um padrão de moralidade que recompensa o *bom comportamento* e pune a quebra desse padrão, fazendo com que haja reflexão sobre os atos a serem tomados, ou seja, a imposição por meio do medo.

“A escola é o espaço para a introjeção da disciplina, dos exercícios da obediência, da preparação para a vida imobilizada onde se aprende a aguardar a convocação para a participação, a omissão, a delação, o consentimento. A escola ensina responder a comandos; nela, estão entre os melhores alunos os que desde muito cedo se dispuseram a permanecer imóveis, para desta maneira extraírem benefícios, empregos, cargos: as esperadas recompensas aos adutores. Sobre os corpos destes alunos não recairão os castigos físicos, mas os efeitos das técnicas de absorção do medo; em lugar do desacato e da rebeldia, a comprovação dos efeitos positivos da prevenção geral à sociedade: é seguindo regras e leis que se faz um bom cidadão.” (PASSETTI & AUGUSTO: 2008, 5)

O papel da escola era introduzir a criança na vida adulta, reunindo-as em grupos com características semelhantes. O ambiente escolar, assim como hoje, pretendia ensinar normas de comportamento em sociedade. A educação normalizadora manifestava ideais burgueses, assim as normas e regras ditadas nas escolas eram aquelas demarcadas por aqueles que detinham o poder.

O ambiente escolar tornava possível, através de sua estrutura política e física (panóptico) a vigilância da formação de indivíduos socialmente integrados e politicamente dóceis. De acordo com Foucault,

“A vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT: 2011, 168)

O pensamento de que a criança deve ser controlada baseava-se na então recente concepção de infância. Neste período a imagem das crianças passou a ser refletida como a de receptores de ideias dos adultos. Tal imagem fortificava a superioridade do adulto, tornando a criança frágil e manipulável. O objetivo era transformar essa parte específica da população, até então vista como peso para a sociedade, - e que há pouco passou a ser inserido com importância dentro do núcleo social - em um apanhado de corpos úteis e dóceis (FOUCAULT, 2011).

Tendo em vista que a educação é um processo que acompanha o indivíduo ao longo de sua vida, qualquer problema ocorrido no âmbito escolar é de fundamental importância individual e também para a sociedade. Como um todo, tal estrutura estabelecida sobre pilares edificantes, princípios e máximas divinas, objetiva que o indivíduo aprenda a reunir o máximo de informações possível, para que seja, sobretudo, útil para as finalidades econômicas. A educação e a escolarização estabelecidas pelo Estado não tem outro objetivo senão preparar e tornar o indivíduo mão-de-obra qualificada.

Uma sociedade com economia de base na agricultura tinha estrutura familiar extensa, compatível com a necessidade de mão-de-obra para a lavoura de subsistência, diferentemente da típica família nuclear da sociedade industrial composta de um casal e poucos filhos (TUCKER, 1991). As crianças eram educadas de acordo com a realidade econômica-política de seu núcleo familiar, a similaridade entre os diferentes tipos de família era a necessidade de formar o sujeito para que fosse útil ao seu meio e obediente as regras envoltas a ele.

“Pois é, as crianças têm de ser educadas a tempo no sentido da devoção, da religiosidade e da honradez; um indivíduo de boa educação é aquele a quem os "bons princípios" foram ensinados e inculcados, metidos na cabeça à força pela sova e doutrina” (STIRNER: 2004, 70).

Essa necessidade de receber cuidado, de ser guiado aparece com frequência nas histórias e contos. As crianças sempre precisam de ajuda, de alguém que as guie, que as proteja, que as diga o que é *o certo, o errado, o seguro*. Por sua vez, são apresentadas nessas histórias as respectivas consequências de não aceitar esse tipo de cuidado.

Assim sendo, a partir da análise de contos como *O Patinho Feio*, *Mowgli – O menino Lobo*, *Alice no País das Maravilhas* (retomada), *A Sereiazinha* e *Chapeuzinho Vermelho*, serão feitos apontamentos quanto a como essa política de desenvolvimento estabelecido à crianças e jovens foi inserido à *Literatura Infantil*.

O Patinho Feio – o Autor, sua história e a Estória

Por volta de vinte anos após a compilação de contos dos Irmãos Grimm, Hans Christian Andersen, iniciou sua produção literária. O escritor dinamarquês é um dos mais famosos autores para crianças em todo o mundo, parte dos contos de Andersen foi retirada da memória popular, e outra parte foi criação do próprio autor, fato que o diferencia dos autores que o antecederam. Entre os anos de 1835 e 1872, publicou, cerca de 168 contos infantis, entre os quais estão *O Patinho Feio* e *A Pequena Sereia*, que serão analisados neste relatório.

Andersen, nasceu em 2 de abril de 1805, provindo de uma família pobre. A infância pobre rendeu a ele uma ampla visão dos contrastes de sua sociedade. O autor viveu em uma época em que a ascensão econômica se fazia por meio da industrialização e uma nova classe de operários se formava, tal visão influenciou bastante as histórias infantis e adultas que viria a escrever. Suas histórias, porém, mostram que sua principal reação a essa situação foi mais próxima da resignação e refúgio na fé religiosa do que de revolta contra as injustiças sociais vivenciadas e observadas.

No universo dos contos de Andersen há uma mistura entre o maravilhoso e o realismo. Em suas narrativas, não há fadas (exceto uma em *Os Cisnes Selvagens*), e diferentemente das narrativas dos Irmãos Grimm, que são marcadas pelo mundo maravilhoso, a maior parte de suas histórias se passam em uma realidade cotidiana na qual o maravilhoso é descoberto. Como afirma Coelho (1987), não há a alegria e a leveza de atmosfera no universo literário de Andersen. Por outro lado, há conflitos emocionais, incluindo o sofrimento subjetivo das personagens, dentro de um formato que se beneficiou dos recursos dos contos maravilhosos.

É significativo observar em seus contos a construção da personagem infantil; em cada um deles a personagem principal é uma criança, ou uma representação desta, como ocorre no caso do Patinho Feio, o que ressalta em comparação aos contos de Perrault e dos Irmãos Grimm, nos quais quase não há crianças no centro das narrativas.

A narrativa de *O Patinho Feio* foi lançada em 1844, época em que Andersen já criava suas próprias histórias. A estória é centrada no mundo animal, e inicia com a mãe pata, chocando seus ovos. De cada um deles, como esperado, a mãe pata vê surgir seus, igualmente, lindos patinhos.

Há, porém, uma quebra na harmonia na qual o ambiente está envolvido, primeiramente, pela demora do último ovo em ser chocado, e segundo, após a demora do aparecimento deste último filhote, a surpresa e contragosto com a aparência deste - o último filhote, é o mais problemático, o único diferente – o *anormal*.

A descrição do patinho, no conto, é de uma criatura desengonçada e feia, muito diferente de seus irmãos. Essa diferença entre ele e os demais patinhos da ninhada é que lhe dão o adjetivo de feiura – o fato de ser chamado de feio está ligado, não ao estético, mas a diferenciação clara dele e do grupo, da família, da *instituição* a qual ele faz parte.

A princípio a mãe pata tenta defender seu filhote, por acreditar que ele pertence a sua prole, entretanto ao concluir o patinho não era um de seus filhotes, que seu ovo havia caído no ninho *errado*, ela assim como os demais passa a ignorá-lo. A partir de então, o patinho passa a ser, além de rejeitado e ignorado, também, atormentado pelos demais, o que faz com que ele fuja e se isole. A questão do abandono e da marginalização se torna clara no conto - o patinho é expulso do meio dos demais e passa a viver sozinho.

O isolamento precoce de uma criança, assim como no caso do patinho, começa pela incompreensão, pela crueldade, pela violência e perversidade que a rodeiam. Espera-se do indivíduo, desde a infância, que ele seja *um certo tipo de pessoa*, que aja de *um certo modo*, que siga *um certo tipo de valores*, e se estes tipos não são seguidos esse indivíduo é tratado como o *alguém que não dará certo* - e esse alguém, não é aceito pela sociedade.

A formulação da identidade se dá por uma relação de alteridade que se estabelece, entre discursos e práticas, por meio de recortes de pertencimentos e posições de sujeito, em outras palavras, pela identificação com aspectos sociais, culturais, ideológicos, pela assimilação de estilos, gostos, comportamentos e desejos. Se não há

por parte do sujeito um enquadramento dentro destes conceitos ele é excluído, assim como o patinho.

Ao fim do conto, o patinho encontra-se com um grupo de outras criaturas muito belas, vê seu reflexo na água, e se depara com a realidade de ser uma dessas criaturas – não um pato, mas um cisne. O problema do patinho era estar no *grupo errado*, do *lado errado*, de um lado que ele não pertencia.

Ao analisar as instituições, Foucault traz reflexões relacionadas aos sistemas instituídos no interior delas. A ordem disciplinar toma forma ao instituir uma ordem objetivando a eficiência e utilidade econômica. Em Vigiar e Punir (2001), ao discorrer sobre a produção das individualidades que a disciplina produz a partir do controle de corpos, Foucault constituiu quatro tipos de tal produção, sendo: a celular, a orgânica, a genética e a combinatória. Tais formas de produção são responsáveis pela constituição do indivíduo de acordo com o que é esperado dele.

Além da ordem disciplinar o autor abrange formas que concedem mais força aos dispositivos disciplinares, como as sanções normalizadoras, a ordenação espacial e o *exame*. Ao falar a respeito do *exame* Foucault o coloca como centro dos processos da constituição do indivíduo. O indivíduo é um efeito e objeto de poder. A individualização é regida pelos dispositivos disciplinares e pelos exames que qualificam e classificam os sujeitos. Os indivíduos, ao atender aos rituais, normas e sanções impostas pela sociedade, estão sujeitos a corporificar e fabricar uma individualidade, algo que o reconheça, algo que o identifique. Todo indivíduo está inserido em algum grupo, instituição e esse fato é algo que proporciona a ele um referencial de identificação não somente aos demais, mas de si mesmo. Isto constitui o que passou a ser chamado de *ter uma identidade*.

“O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”.”
(FOUCAULT: 2011, 185)

Um elemento político-cultural define de forma detalhada no que consiste o sucesso e a felicidade e a pressão no sentido de se adequar a este padrão é inserido desde muito cedo no indivíduo - o patinho foi rejeitado e tido como *anormal*, desde o momento que saiu do ovo.

Na sociedade disciplinar o viver sob sujeição se articula a partir de uma ótica na qual o indivíduo se forma e se transforma a partir de modelos identitários.

Mowgli – de menino a Homem lobo

Joseph Rudyard Kipling nasceu em Bombaim, na Índia em 1865. Seus pais eram ingleses, e haviam chegado ao país asiático, uma colônia inglesa, pouco antes do nascimento de Kipling. Aos seis anos de idade o pequeno Joseph e sua irmã são enviados para a casa de sua tia na Inglaterra a fim de iniciarem seus estudos. Por meio de um livro de memórias publicado em 1937, fica claro que os primeiros anos nessa casa não foram muito agradáveis.

Em 1882, após concluir seus estudos, Kipling retorna a Índia, onde seu pai lhe havia conseguido um trabalho no jornal *The Civil and Military*. Foi nessa redação local, localizada em Lahore, no Paquistão, que passa a redigir seus contos. Em 1887 já era um escritor conhecido e no ano seguinte seu trabalho já contava com seis coletâneas de histórias, entre elas: *Soldies Three, In Black and White, Wee Willie Winkle*.

Alguns anos mais tarde, em 1892, Kipling se muda para os Estados Unidos juntamente com sua esposa e lá escreve seus principais livros: *The Jungle Book* (O livro da selva), que conta a história do menino lobo Mowgli, e *Kim* que narra às aventuras de Kimball O'hara na Índia, obras nas quais a visão imperialista do autor é revelada - tema que marcará de forma profunda a recepção de sua obra.

Kipling retorna a Inglaterra, após a morte da filha e uma desgastante disputa de terras com seu cunhado. Sua defesa cada vez mais radical em prol do imperialismo britânico gera duras críticas por parte de alguns literatos, fato esse que não impediu que ele recebesse, em 1907, o Prêmio Nobel de Literatura. Com uma obra que incluía mais de 250 narrativas curtas, cinco romances, 800 páginas de versos e com o título de “O escritor do Império”, em 1936, Rudyard Kipling morre, devido a uma hemorragia interna.

Rudyard Kipling pode ser citado como modelo do *bom homem branco e colonizar salvador de selvagens*. Conforme Foucault (2011) apontou, as práticas culturais estão enraizadas ao desenvolvimento histórico e operam através de escolhas que determinam tanto as seleções do que se convém realçar quanto às exclusões do que é indesejado. A construção do *selvagem* serviu a uma prática de superioridade racial e cultural europeia, que atendeu de forma estratégica à difusão e consolidação de políticas colonialistas nas Américas e mais tarde como suporte às construções do imperialismo europeu e diferentes formas de racismo.

O conto - Mowgli, o menino lobo - é um conto independente, que foi incluído depois na série de aventuras *The Jungle Book*. É um conto mítico que narra a história de um rapaz que se torna amigo do guarda florestal, de nome Gisborne, na Índia. Gisborne fica admirado com a sagacidade de Mowgli e seus conhecimentos a respeito da vida na floresta e de seus moradores - os animais - com quem Mowgli de alguma forma conseguia se comunicar. Mowgli tem uma dinâmica dicotômica, entre um rapaz que foi criado por lobos e outra de um rapaz que se envolve com o trabalho institucional dos guardas florestais europeus, mais tarde inclusive se tornando um deles.

Na Índia ainda hoje, a hierarquia social tem uma estrutura estável, sem possibilidade de deslocamentos, dividida por *castas*. No conto, Mowgli é descrito por Abdul Gafur, um empregado de Gisborne, como alguém que não era de *casta* alguma, por esta razão, não era digno de confiança. A hierarquia social representava, portanto, algo que dizia a respeito - como definido por Abdul Gafur -, não apenas o status econômico, mais algo inerente à valoração e significação que o sujeito tem dentro da sociedade. Conforme Stirner,

“(...) resignarmo-nos a tudo o que é imposto e, [assim], mais tarde, resignamo-nos e adaptamo-nos à vida positiva, adaptamo-nos à nossa época, tornamo-nos seus servidores, o que conveio chamarem-se cidadãos” (STIRNER: 2001, 77).

A repulsa de Abdul Gafur por Mowgli é evidente em todo o conto, essa repulsa só se torna ainda mais intensa quando Mowgli e a filha desse criado se envolvem em um relacionamento amoroso.

“Ele não pertence nenhuma casta - disse Abdul Gafur - Fará qualquer coisa. Uma serpente é uma serpente, e um cigano da selva é um ladrão até a morte.” (KIPLING: 2010, 84)

“Ele é um pária⁷, um *mlech*, um cão entre cães; um devorador de carniça” (KIPLING: 2010, 104)

Moglwli havia sido expulso do convívio com os animais, por quem foi criado, por ter se tornado, como ele próprio descreve um *homem*. O rapaz também não era aceito por Abdul Gafur, justamente pelo fato de ter sido criado por animais e por não pertencer a nenhum extrato da sociedade que lhe proporcionasse alguma importância e valor frente a ela.

⁷ Segundo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, *Pária* recebe as seguintes definições: 1. Indiano que não pertence a nenhuma casta e é desprezado pelas outras. = INTOCÁVEL 2. Homem da última casta. = INTOCÁVEL 3. [Figurado] Indivíduo que a sociedade repele. Disponível em <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=p%C3%A1ria> - acesso em julho de 2013

A solução para Moglwi, conforme o desfecho do conto, foi se submeter a alguns dos costumes da sociedade – ele se casa com a filha do criado de Gisborne – passando a fazer parte de uma instituição estável junto à sociedade, e aceita o emprego de guarda florestal, se sujeitando a instituição estatal, contudo, continua a viver o mais próximo que podia dos animais com os quais cresceu.

A cultura vigente é destinada à produção de dóceis subjetividades bem como a dissolução de toda característica heterogênea, em prol da homogeneidade das massas. O Iluminismo pretendeu incutir o ideal do *bom selvagem* na civilização europeia, e posteriormente tal mito teve correspondência à fase imperialista, que tendeu a mostrar o selvagem, ou como dócil ou como relutante pupilo em potencial. Mowgli mostrou ser o típico *bom selvagem*.

“resignarmo-nos a tudo o que é imposto e, [assim], mais tarde, resignamo-nos e adaptamo-nos à vida positiva, adaptamo-nos à nossa época, tornamo-nos seus servidores, o que conveio chamarem-se cidadãos.” (STIRNER, 2001, 77).

O desenvolvimento do indivíduo no âmbito sócio econômico-profissional subordina-o ao poder e ao status. O coloca, a bem dizer, em seu lugar devido, ou seja, o mantém nas variadas relações de apropriação, e também de propriedade, legitimando, dessa maneira, as instituições, conseqüentemente, o integrando ao sistema positivo de recompensas sócio-políticas quer sejam elas econômicas ou culturais. É importante notar que quer seja miserável ou extremamente rico, quer culto ou um *selvagem* - para sobrevivência própria do Estado - lhe inculcado seu ideal, sua visão de homem e de mundo.

O imperialismo defendido por *Sir* Kipling se justificou não apenas por linhas econômicas e expansionistas, mas também por um viés moralista que servia além de tudo como uma camuflagem para os interesses políticos. Era de responsabilidade do homem branco, carregar esse *fardo* de colonizar tais povos.

Esse conceito do “fardo do homem branco”, citado por Kipling em um de seus poemas, serviu de justificativa para os europeus apoderarem-se de grandes porções da África e Ásia com o intuito *cristão e humanitário* de levar o desenvolvimento e a civilização europeia aos denominados povos atrasados e ignorantes que ali habitavam. O Estado e suas instituições governamentais cumprem seu papel na história, isso é: formam, informam, deformam, conformam, reformam e formatam os indivíduos – e o mais plausível é que essa formatação seja especialmente voltada às crianças.

“Cativo, um leãozinho crescia, e quanto mais ele crescia, mais as barras de sua jaula engrossavam – pelo menos é o que o leão achava...na verdade, trocavam a jaula enquanto ele dormia” (PRÉVERT: 2007, 38)⁸

Alice – um olhar mais atento ao País das Maravilhas

No primeiro relatório desta pesquisa, a estória de *Alice no País das Maravilhas* foi abordada frente a um viés de formação moral e rígida dos indivíduos, durante a Era Vitoriana, além de uma abordagem quanto a institucionalização do controle sobre o indivíduo e a construção de sua identidade por meio das instituições fundantes existentes na sociedade – a família e a escola. A partir do presente relatório, a análise da estória será focada em outros pontos da construção do *País das Maravilhas* de Lewis Carrol.

A narrativa inicia com Alice aborrecida, angustiada, “(...) começando a se cansar de ficar ali sentada ao lado da irmã no barranco e não ter nada que fazer (...). Assim, meditava com seus botões (tanto quanto podia, porque o calor aquele dia era tal que ela se sentia sonolenta e entorpecida).” (CARROL: 2000, 19). Essa angustia gira em torno de respostas que ela não tem. A mesma angustia de Alice é a que acompanha todo o processo civilizatório – a busca de verdades.

Logo a angustia é transformada por um evento espantoso, maravilhoso – o elemento dessa mudança de cenário – a principio enfadonho - é trazida a tona com a aparição do Coelho Branco, que aparece na narrativa sempre correndo, sempre com pressa, sempre atrasado. A busca de Alice pelo Coelho Branco, e depois pelo caminho de volta para casa, faz com que ela passe pelos lugares mais estranhos, e conheça os mais loucos e absurdos personagens imaginados.

Pois bem – a loucura é um dos aspectos mais presentes na trajetória de Alice. A realidade até então conhecida por Alice, é envolta pela utilidade prática, por uma racionalidade do agir e ser. Essa *utilidade* é a forma domesticadora dos indivíduos dentro dessa realidade, portanto, falar de loucura é importante para promover a interlocução entre as aventuras de Alice no *País das Maravilhas*, especialmente quando se tem como base da estória uma realidade surreal.

Em meio ao renascimento europeu durante o século XVI – quase três séculos antes de Alice entrar na toca do Coelho - a loucura ganha espaço e amplitude e passa a

⁸ Trecho retirado de “*Contos para crianças impossíveis*” de autoria do poeta libertário Jacques Prévert.

ser compreendida como a adesão consciente ao comodismo. Essa acomodação, paralisia, *inércia* do indivíduo frente a essa *razão* formuladora de princípios, regras e verdades absolutas, vista por esse ponto de vista, também é uma forma de loucura. Ser louco é pretender manter a sensatez em um mundo de loucos, que não se sabem loucos.

Esse discurso psicopatológico que é constituído como um monólogo da razão sobre a loucura é analisado por Foucault em seus estudos. Na passagem do século XIX a loucura é tomada pelo discurso médico a ser analisada dentro de um espaço exclusivo, de asilamento. Ela passa a ser um objeto de conhecimento e ao mesmo tempo de alienação. A existência do *louco* passa a ser medida, subdividida, classificada, vigiada, responsabilizada ou inocentada, corrigida e punida – não mais excluída, mas dominada.

Deste conhecimento e dominação do louco, surge a dominação do sujeito considerado *anormal*. A concepção da infância e a valorização das crianças repercutiram em diversos campos de estudo, inclusive no campo da medicina, mais explicitamente no que diz respeito ao discurso psiquiátrico. Foucault (2001a) apontou que a psiquiatrização da criança não passou pela criança louca, não foi à loucura na infância o foco delimitador para tal construção, paradoxalmente, a difusão do poder da psiquiatria se deu através da criança não-louca.

“(…) Foucault nos mostra, enfim, que loucura e humanismo estão relacionados ao ato de Pinel, em Bicêtre, em 1792, liberando as correntes dos loucos e à redução do rei George III aos dispositivos disciplinares, retratado por Francis Willis, em 1788 (e também retomado por Pinel). O feito de Bicêtre era o de produzir uma dívida contínua a ser saldada voluntariamente pela obediência.” (PASSETTI, 2012)

A loucura está por todo *País das Maravilhas* e substâncias alucinógenas estão envoltas em personagens como a Lagarta, o Chapeleiro Maluco e a própria Alice – que inclusive faz uso de tais substâncias no decorrer da narrativa para mudar de tamanho, o que proporciona à ela entrada em diferentes espaços desse mundo novo criado por sua mente. O uso de tais elementos, por Lewis Carroll, é segundo Deleuze uma das razões para o sucesso da obra.

“A obra de Lewis Carroll tem tudo para agradar ao leitor atual: livros para crianças, de preferência para meninas; palavras esplêndidas, insólitas, esótericas; crivos, códigos e decodificações; desenhos e fotos; um conteúdo psicanalítico profundo, um formalismo lógico e lingüístico exemplar.” (DELEUZE: 1974, I).

A obra de Carrol é reconhecida por conter o elemento *nonsense*⁹. O *nonsense* não designa algo sem sentido, se trata de um tipo de negação que remete a uma afirmação, sendo assim, o *nonsense* “afirma o sentido paradoxalmente” (DELEUZE, 1974). A *lógica nonsense* é uma lógica e realidade próprias, que desafiam e discutem a realidade tida como *normal*.

Enquanto Alice está no *País das Maravilhas*, ela se deixa levar por situações absurdas: cartas de baralho são humanizadas, uma Lagarta irônica e sábia fuma narguilé, um gato aparece e desaparece deixando apenas um sorriso – e mesmo neste imenso jogo do absurdo ao tentar sair desse mundo louco, Alice parece não saber para onde quer voltar...

“Você poderia me dizer, por favor, qual o caminho para sair daqui?”.

“Depende muito de onde você quer chegar”, disse o Gato.

“Não me importa muito onde...” foi dizendo Alice.

“Nesse caso não faz diferença por qual caminho você vá”, disse o Gato.

“...desde que eu chegue a algum lugar”, acrescentou Alice, explicando.”

(CARROL: 2000, 81)

Ao fim da narrativa Alice desperta de seu sonho louco, volta a se submeter a tutores, ao controle de seu tempo, de suas atividades e de *si*. A busca de Alice por respostas, provindas da fantasia de um sonho – pois a estória se passa dentro de um sonho – transgride o padrão da sociedade e a realidade mantida e controlada pela razão – Alice vai contra uma moral tida como única.

A Pequena Sereia – Da obediência ao castigo

A Pequena Sereia ou *A Sereiazinha* é mais um dos contos de autoria de Hans Christian Andersen, publicado em 1836, que narra a estória de uma princesa, filha mais nova - dentre as 6 filhas - do Rei dos Mares. A princesinha é descrita como a mais bela das filhas, e ao decorrer do conto, também se mostra como a mais curiosa, *estranha*, desobediente e - diferente da versão dos estúdios da Wall Disney - a mais azarada.

⁹ “Segundo o dicionário Houaiss, nonsense significa “frase, linguagem, dito, arrazoado etc. desprovido de significação ou coerência; absurdo, disparate”. Pode ser também, uma “conduta contrária ao bom senso”. – disponível em <http://www.laryff.com.br/> - acesso em junho de 2013

Logo no início do conto é explicado que cada sereia, ao completar 15 anos, podia visitar a superfície, se tivesse coragem. Nenhuma das 6 sereias tinha mais curiosidade e ansiava tanto conhecer terra firme como a Pequena Sereia¹⁰.

“Era uma criança estranha, calada e pensativa. Enquanto as outras irmãs decoravam os seus canteiros com várias coisas provenientes de navios afundados, o único ornamento que ela acolheu foi uma bela escultura e mármore representando um lindo rapazinho, feita de pedra branca e proveniente também de um naufrágio” (...)

“Nada dava maior prazer à princesinha do que ouvir falar do longínquo mundo dos seres humanos” (ANDERSEN: 1996, 10)

A princesinha era *estranha* por pensar demais em um mundo o qual não pertencia – um mundo com leis diferentes. Após completar a idade necessária para ter permissão de subir a superfície, e ter um encontro com um certo príncipe – encontro no qual ela o salva - fica ainda mais pensativa e mais desgostosa com sua vida no fundo do mar. Aqui é interessante notar a luta pela mudança social – apesar da pequena sereia ser uma princesa no mar, em terra firme ela não seria ninguém.

Uma questão bem viva, ainda hoje nesse conto é a questão da identidade perante a sociedade. A pequena sereia vivia em um mundo diferente do dos seres humanos, a *linguagem* dos mundos era diferente – essa *linguagem* cria a realidade, produz sentido e funciona como mecanismo de produção de identidades e saberes dentro de um sistema de relações de poder, que organizam sistemas de classificação social, cultural, político e econômico, possibilitando que cada sujeito se reconheça e seja reconhecido em seu devido lugar dentro do contexto representativo de determinada instituição.

“Geralmente se chama instituição todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição.” (FOUCAULT: 1979, 247).

A pequena sereia decide se tornar humana e para tal faz uma troca com a Bruxa do mar; o preço a ser pago para ter pernas e uma alma imortal – o que para ela significaria ser humana – é a sua voz. Para uma sereia a voz é o bem mais precioso, e no conto a voz da princesinha é descrita como a mais bela de todas.

¹⁰ *Ariel* foi o nome dado à Pequena Sereia na animação da Disney, no conto de Andersen, ela é chamada apenas de “Sereiazinha”. Ganhou esse nome por causa de sua personalidade, “Ariel” é nome do espírito da peça “A Tempestade” de *William Shakespeare*. Também significa “leoa de Deus” em hebreu. Sonhadora, intuitiva, curiosa, bela, sutil, ousada, intrigada, intrigante e desobediente – disponível em <http://peqsereia.blogspot.com.br/p/personagens.html> - acesso em junho de 2013

Ela abre mão de sua voz, - sua principal forma de expressar e o principal elemento que a diferenciava dos demais no mar - em prol de se tornar alguém a ser aceito e reconhecido. Além da voz a pequena sereia tinha uma missão a cumprir: para se tornar humana, ela precisaria se casar com o príncipe, mais do que isso, de acordo com o conto, para partilhar da vida humana havia mais condições.

“só se ele gostasse de ti de alma e coração, deixando o padre colocar sua mão direita na tua e prometendo ser-te fiel para sempre...então poderia compartilhar do destino humano” (ANDERSEN: 1996, 25)

Além de perder sua cauda e voz, ter de se submeter aos padrões morais e culturais diferentes das de seu mundo, a união dela com o príncipe deveria ser autorizada por uma instituição desse mundo (padre – Igreja); para viver em terra firme ela precisaria, obrigatoriamente, pertencer a uma instituição dessa sociedade, ou seja, ela precisaria de alguém como tutor, como substituto da instituição a qual era sujeita e *protegida* em seu próprio mundo - seu pai e Rei.

Em *História da Sexualidade 3* (1986), Foucault afirma que nos textos clássicos sobre o casamento a reflexão conjugal fazia parte de um amplo quadro, passando pela cidade e pela casa. Certo padrão de conduta, no qual o *domínio de si* formatava o comportamento do homem sábio, moderado e justo, era o exigido. A ética do comportamento matrimonial dos dois primeiros séculos a.C. até o segundo d.C. era composto de um diferencial, uma vez que valorizava cada vez mais a relação pessoal entre os cônjuges. Essa arte de conduzir, segundo Foucault, definiria uma estilística do vínculo individual, com a soberania de si sobre si manifestada cada vez mais na prática dos deveres em relação aos outros – o que inclui marido/esposa.

O casamento não é mais pensado como “forma matrimonial”, que fixa a complementariedade dos papéis no manejo da casa, mas como “vínculo conjugal” e relação pessoal entre o homem e a mulher. O tema clássico de que o casamento era natural pela contribuição à procriação e à comunidade de vida, é retomado com uma noção diferente.

Foucault (1986) afirma que *a arte da conjugalidade fez parte integrante da cultura de si*, assim, o estilo de vida dentro do casamento não era definido apenas pelo domínio de si e pelo princípio de que é necessário governar a si próprio para poder dirigir os outros, define também a reciprocidade com o cônjuge no vínculo conjugal. Foucault constatou que, com a moral do casamento (nos dois primeiros séculos da era

chamada moderna), houve uma “conjugalização” das relações sexuais. O Estado de casamento e atividade sexual deviam coincidir - e isso de pleno direito, não somente pelo objetivo de uma descendência legítima.

Ainda, de acordo com Foucault (1986), a partir de normas morais cristãs estabelecidas para o casamento, outras modalidades da relação de si para si, são definidas e produzem um modo de sujeição na forma da obediência de uma lei geral e um modo de realização ética que tende à auto- renúncia.

A obediência e sujeição da criança ou do jovem são adquiridas mediante a aplicação de estratégias nas quais se observa uma atenuação da autoridade familiar sobre a criança, pois esta é sempre condicionada a obedecer por meio do argumento de ser dependente do adulto. A legitimidade da autoridade familiar está atrelada à produção de uma verdade sobre a criança ou sobre o jovem, porque tais indivíduos *necessitam* de cuidado e de proteção. Esta *verdade* justifica a dependência da criança em relação ao adulto.

A família é encarada como uma instituição fundamental na vida do indivíduo e em sua constituição como sujeito, e faz uso de dispositivos tradicionais e estruturas jurídicas para tal. A família é investida da dinâmica de poder e é resultado de uma forma de organização primária, na qual o sujeito é inserido, e a partir de então passa a ser normalizado e recebe a regulação de sua conduta.

A fragilidade de crianças e jovens torna-se argumento condicionador do cuidado para com eles e abre uma brecha que possibilita a produção de novas estratégias de exercício de poder, pois o adulto torna-se responsável pela satisfação de suas necessidades. Há, portanto, muito mais do que controle, o que há de fato, são relações de poder que estão espalhadas por todo corpo social e que se prolongam e perpetuam da infância a vida adulta.

“O nosso equipamento para a viagem consiste em «sentimentos edificantes, pensamentos sublimes, máximas inspiradoras, princípios eternos». Os jovens são dados como adultos quando papagueiam os mais velhos; na escola enchem-lhes ouvidos com a velha ladainha, e uma vez assimilada esta, concede-se-lhes acesso à maioridade.” (...)

“É este o sentido da pastoral das almas: a minha alma ou o meu espírito têm de afinar pelo que outros acham correcto e não pelo que eu próprio desejo.” (STIRNER:2004, 58)

Diferente do final feliz que a Pequena Sereia recebeu na versão da Walt Disney, no conto de Andersen, ela não consegue se casar com príncipe e não pode voltar a viver

no mar. O trato com a Bruxa do mar incluía uma cláusula a mais – se o príncipe se casasse com alguém, a não ser a Pequena Sereia, ela se tornaria espuma do mar.

A partir do conto da Pequena Sereia também se pode fazer uma análise quanto à questão da punição/castigo. A Sereiazinha é punida por desobedecer às leis de seu mundo e ao chegar ao mundo humano, por não conseguir cumprir o acordo feito anteriormente, acaba tendo sua existência extinguida.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault mostra como desde a Antiguidade o recurso direto ao corpo na forma de suplícios públicos era uma forma de demonstração de poder. Com o suplício das mais variadas formas de tortura física, buscava-se a verdade do crime e ostentar publicamente a punição. A troca da calda por pernas, além de impossibilitar a Sereiazinha a voltar para sua casa, envolvia dor, uma espécie de punição inferida ao corpo, que serviria como lembrança que ela não pertencia ao mundo dos seres humanos.

“Vou preparar-te uma porção especial, e antes do erguer do Sol tens de nadar com ela para a terra e bebê-la. Então, atua cauda há-de dividir-se em duas e encolher até ficares com aquilo a que os humanos chamam umas belas pernas. Mas, vai-te doer; vai ser como se uma espada afiada te atravessasse. Toda gente vai dizer que és a rapariga mais bonita de todas. Vais andar com mais graciosidade do que qualquer bailarina, mas cada passo será como caminhar sobre uma faca afiada.” (ANDERSEN: 1996, 29)

De acordo com Foucault, o suplício era considerado como um ritual político e com o século XVIII a punição se generaliza. O objetivo maior dessa mudança está dado com o espírito iluminista presente a partir do século XVII, o qual impunha a máxima de que “é preciso que justiça criminal puna em vez de se vingar.” (FOUCAULT: 2011, 63). A vingança da sociedade contra o criminoso se dava pelos suplícios públicos, assim a mudança desse tipo de castigo, que passou a ser considerado como atos de barbárie pela época das Luzes, passou a ser imposto por outros meios, agora conhecido como limite de direito, como punição.

Essa mudança traz o gradual deslocamento da punição, dada por múltiplas intervenções, “da vingança do soberano à defesa da sociedade” (FOUCAULT: 2011,76). A reforma jurídica do sistema de punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos de direito. A punição passa a ser uma técnica de coerção dos indivíduos que faz uso de processos de treinamento do corpo, que deixa traços no comportamento e forma novos hábitos.

O surgimento de novas tecnologias para tornar o corpo dócil e o surgimento de novos recursos de bom adestramento tem por objetivo a formação do “indivíduo disciplinar”. A punição, a penalidade, hoje se trata de um sistema infinito de disciplina, de

“um interrogatório sem termo, um inquérito que se prolongasse sem limite numa observação minuciosa e cada vez mais analítica, um julgamento que seja ao mesmo tempo a constituição de um processo nunca encerrado, o amolecimento calculado de uma pena ligada à curiosidade implacável de um exame, um procedimento que seja ao mesmo tempo a medida permanente de um desvio em relação a uma norma inacessível e o movimento assintótico que obriga a encontrá-la no infinito” (FOUCAULT: 2011, 187).

O final do conto não é tão bonito quanto o da produção da Walt Disney. De acordo com o conto de Andersen, por ser uma *boa* sereiazinha, a Pequena Sereia se torna um *espírito do ar*, que ao encontrar-se com *crianças boas* tem a possibilidade de ir para o céu depois de determinada quantidade de anos.

Chapeuzinho Vermelho – *Lobo mau, muito mau*

A primeira versão de *Chapeuzinho Vermelho* foi publicada em 1697 por Charles Perrault. É provável que a procedência do conto tenha sido a mitologia grega e é usada, geralmente, para alertar as crianças quanto a dar atenção a pessoas desconhecidas. Aproximadamente, dois séculos após sua primeira edição, surge uma nova versão, desta vez feita pelos Irmãos Grimm. Essa versão tem um final diferente da edição de Perrault – o final do conto de Perrault é mais trágico, porém, a versão dos Irmãos Grimm carrega o conteúdo moralizante com a mesma essência – não se deve confiar em estranhos.

Um elemento a se notar neste conto é a importância das relações familiares. Pelos diálogos entre mãe e filha e mais tarde entre neta e avó, há uma relação familiar estável entre as três: Chapeuzinho, a mãe e sua avó, lembrando que a ordem de visitar a avó parte da mãe de Chapeuzinho. Como analisado, anteriormente, a família nuclear surge com ascensão da burguesia e a partir de então a concepção de infância passa a ser tratada com importância dentro do contexto social.

O conto envolve a criança em um sentimento de inocência, tido como comum na infância, além disso, também faz com que ela seja encarada como incapaz de se defender sozinha e de chegar a uma decisão que não as prejudique, reforçando a ideia de que toda a criança necessita de um tutor que a faça andar pelo caminho seguro e correto.

Chapeuzinho não se dá conta do perigo que o lobo representa e dá margem e informações demais ao lobo, o que a coloca em uma situação difícil, mais tarde. Esse fato também serve para alertar as crianças, de que uma decisão *errada*, ou seja, uma decisão que se baseie em algo diferente do que lhe foi ensinado, pode e irá trazer más consequências posteriormente.

Por este viés é possível observar outro elemento que permeia, não apenas este conto, mas também outros. É recorrente a presença do medo nas histórias, tanto em sua primeira forma de narrativa como também na escrita. O intuito do elemento medo, é ensinar uma lição, assustar ou mesmo alertar as crianças sobre situações de perigo. Madrastas, bruxas, lobos ou ogros devoradores de crianças completam um círculo de medos: medo do escuro, das sombras, de crescer, de morrer, de não ter o que comer ou de falar com estranhos.

Stirner ironiza que enquanto crianças, ainda “não ganhamos juízo” (STIRNER: 2004, 16). Crianças são movidas por interesses concretos e imediatos, por essa razão o medo, durante a infância tem um papel importante. A criança, por estar em uma fase na qual é dependente e frágil reflete a imagem de ser dominável e inferior. Esse indivíduo *inferior* só passa a ser ouvido quando, depois de *desenvolvido* se torna capaz de reproduzir o que lhe foi ensinado.

De acordo, com o conto dos Grimm, Chapeuzinho se desvia do caminho á casa de sua vó, deixando de obedecer às orientações de sua mãe de “não se demorar no caminho” (GRIMM: 2005, 283), por se distrair ao recolher flores. Durante a conversa com o lobo, ela havia informado onde sua vó morava e ele segue para lá primeiro. O lobo devora a vovozinha e espera Chapeuzinho chegar, quando esta chega também é devorada pelo lobo. Na versão de Perrault o conto se encerra assim, e a moral, em específico para as meninas, é a que deveriam ter juízo e não se deixar seduzir por homens e sua lábria (os lobos maus em volta).

“As meninas, principalmente, / Sendo gentis e engraçadas, / Mal andam em dar crédito a toda a gente. / Depois não é de admirar / Se o lobo vier e as papar. Os lobos / mansinhos, / Quietos, ternos, sossegados, / Os quais, brandos, recatados, / Vão perseguindo as donzelas / Até casa, e às vezes até se deitam com elas. / Quem não vê, pois, que os lobos carinhosos / De todos são decerto os mais perigosos?” (PERRAULT: 1997, 99/100)

O público alvo de Perrault, como fica claro, é o feminino. Em sua primeira versão de Chapeuzinho Vermelho, o lobo come a menina e a história encerra com uma

moral que reforça a ideia de que sair do caminho *certo* é perigoso, além do que, nesta versão há ainda uma cena em que o lobo ordena que a menina tire a roupa e se deite com ele na cama. Pode-se destacar como diferencial nesse conto, em comparação com os demais, que um de seus temas centrais trata da iniciação sexual.

Em alguns diálogos entre Chapeuzinho e o Lobo, é possível notar marcas de sexualidade na descrição feita do Lobo - ele recebe uma descrição não de um animal, mas a de um homem. Ainda, em um dos diálogos mais conhecidos do conto podem ser notadas as intenções sexuais que o lobo demonstrou ter para com a menina – são utilizadas frases como: “para te abraçar melhor”, “para te ver melhor”, “para escutar melhor”, “para correr melhor”, “para te comer”, assim pode-se inferir também que o Lobo representa um homem sedutor, perigoso e que deve ser evitado.

O final dado a Chapeuzinho e sua avó pelos Grimm, é de ambas sendo resgatadas por um caçador que passava pelas redondezas, ouviu o ronco do lobo e achou bom verificar se estava tudo bem a velha senhora. Embora nessa versão a moral não seja explicitada ela é clara: não confiar se deve confiar nas boas intenções de estranhos, desviar do caminho e não ouvir os conselhos dos mais velhos pode levar qualquer um a armadilhas perigosas.

No conto em questão a determinante entre *bem* e *mal* está presente, como em tantas outras narrativas. Chapeuzinho por ser “uma menininha meiga e bondosa” (GRIMM: 2005, 283) recebe uma nova oportunidade, o lobo, por outro lado, representante do mau, é punido com a morte. Dessa forma, obediência é colocada, tanto por Perrault, quanto pelos Grimm, como condição de sobrevivência e felicidade. Somente crianças obedientes – no caso deste conto, meninas obedientes - merecem de desfrutar a alegria, e o melhor caminho a se seguir é o distante das tentações e das seduções da floresta.

Todos ficaram bem satisfeitos. O caçador esfolou o lobo e levou a pele para casa. A avó comeu o bolo e bebeu o vinho que sua neta trouxera, e logo se sentiu mais forte. Chapeuzinho Vermelho pensou: “Quando minha mãe proibir, nunca mais vou sair passeando pela floresta enquanto eu viver” (GRIMM: 2005, 286)

Conclusão

No decorrer da pesquisa, sobre o viés da biopolítica - e suas tecnologias de controle, disciplina, moralização, adestramento de corpos, educação, escolarização e punição – o surgimento e formas de uso dos Contos de Fada, Fábulas e Estórias – que tem por público alvo de seu investimento as crianças e jovens – foram analisados.

Cada fábula, conto e estória apresentam e justificam as normas e padrões da sociedade. Seu discurso regulamentador explica e justifica o castigo, a punição, a obediência; padroniza a visão dicotômica do *bem* e do *mal*; e formulam a possibilidade de alcance da felicidade. A utilização deste tipo de literatura, posteriormente denominada Literatura Infantil, tem como finalidade inculcar valores e regras impostas pela sociedade aos sujeitos e que os acompanham por toda a vida.

Esse tipo de Literatura, denominada como *Literatura Infantil*, surge pouco depois do ideal de família nuclear tomar importância dentro do contexto social, e em conjunto com a inserção da criança na sociedade através da formulação e investimento fundado dentro de um novo conceito – a *infância*.

O conceito *infância*, não é um elemento natural, antes uma construção social/política, que se torna cenário de um fenômeno universal no qual a criança é introduzida e passa a adequar sua linguagem, hábitos, costumes e regras da sociedade. Esse novo conceito passou a ocupar diversos espaços sociais, de forma que sua existência veio a perpassar processos de acumulação de saberes sobre o corpo, desenvolvimento das capacidades, formação de desejos, tendências e potências infantis que, por sua vez, desencadeiam-se em mecanismos de poder, resultando na produção de crianças governadas, segundo normas de conduta e moral da sociedade.

Através de suas formas (narrativa e escrita), versões (Esopo, La Fontaine, Perrault, Prévert e Irmãos Grimm), e lições de moral regulamentadoras, os contos e estórias adentraram por um sistema regulamentador e adestrador de mentes e corpos, que atravessou a história transformando seu discurso e adentrando em outros, aprimorando-se e modernizando-se, por sua vez também, perpetuando-se e fortalecendo-se.

Essas estórias e contos são passados de geração em geração, e apesar de sofrerem modificações e se transformarem com o decorrer do tempo – uma vez que as regras e normas também se modificam de acordo com a necessidade - sua existência e preservação objetivam educar, disciplinar e moralizar.

As instituições regulamentadoras – a família, o Estado, a escola – foram analisadas e apontadas no contexto da pesquisa para fortalecer a ideia de que os contos foram e são, apenas um dos dispositivos utilizados como apoio de uma sociedade regrada pelo controle e pela disciplina.

O suposto propósito de entretenimento e o teor puramente pedagógico estão longe de serem os objetivos fundamentais dessas narrativas. A *genealogia do poder* presente nos contos de fada, fábulas e estórias infantis, e a forma que as relações de poder são retratadas em tais, servem de embasamento para formar os sujeitos - os acompanhando desde crianças, atravessando seu desenvolvimento à vida adulta, até sua morte.

A presente pesquisa buscou relacionar e dar visibilidade e compreensão as formas de controle da vida dos indivíduos desde que estes são crianças. Teve como objetivo enfatizar formas de controle e disciplina que são inseridos à cultura de cada sociedade. As histórias e contos infantis se mostram como espaços sutis da moral.

Bibliografia

- AGAMBEM, Giorgio. *L'aperto. L'uomo e l'animale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2002.
- ANDERSEN, Hans Christian. *A Sereiazinha*. Tradução de Ribeiro da Fonseca. Lisboa: Parque Expo 98, 1996.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973
- BARRIE, James Matthew. *Peter e Tradução de Hildegard Feist*. Londres: Fundação Hospitalar Infantil de Great Ormond Street, 1937.
- BURGESS, Anthony. *A literatura inglesa*. São Paulo: Ática, 1996.
- CARROLL, Lewis. *Alice no País das Maravilhas*. 2ª edição revista. (Tradução de Izabel de Lorenzo). São Paulo: L&PM Editores, 2000.
- CARVALHO, Eronilda Maria Góis. *Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas*. Ilhéus, BA: Editus, 2003.
- DA ROCHA, Justiniano José. *Fábulas (imitadas de Esopo e La Fontaine)*. Versão E-book. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade, Vols I, II, III*. São Paulo: Editora Graal, 1986
- GRIMM, Jacob. *Contos dos Irmãos Grimm*. Organização Drª Clarissa Pinkola Estés. Rio de Janeiro: Rocco, 2005
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Aula de 12 de fevereiro de 1975. São Paulo: Martins Fontes, 2001a
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 39ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011
- HARA, Tony. *Ensaio sobre a Singularidade*. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

- KANT, Immanuel. *Kant's Gesammelte Schriften*. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 1902.
- KIPLING, Rudyard. *O homem que queria ser rei e outras histórias*. Tradução Cristina Carvalho Boselli. São Paulo: Abril, 2010
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Schopenhauer educador*. São Paulo: Escala, 2008.
- OLIVEIRA, Salete. *Política e resiliência – apaziguamentos distendidos*. In Revista Ecológica nº 4. São Paulo: Nu-Sol - Projeto Temático Fapesp Ecológica, set-dez de 2012
- PASSETTI, Edson & AUGUSTO, Acácio. *Anarquismos & Educação*. In Capítulo IV *Desobediências e disciplinas*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008
- PASSETTI, Edson. *Governamentabilidade e Violências*. São Paulo: Currículo sem Fronteiras, v.11, n.1, pp.42-53, 2011.
- PASSETTI, Edson. *Loucura e transtornos: políticas normalizadoras*. In Revista Ecológica nº 2. São Paulo: Nu-Sol - Projeto Temático Fapesp Ecológica, dez 2011-mar de 2012
- PASSETTI, Edson. *O que é menor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- PELBART, Peter Pál. *Da clausura do fora ao fora da clausura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PERRAULT, Charles. *Contos de Perrault*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- PRÉVERT, Jacques. *Contos para crianças impossíveis*. Tradução Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Editora CosacNaify, 2007.
- REDIN, Euclides. *O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- REVISTA UNESP CIÊNCIA. *Princesas da pá virada*. In *Corte as tranças Rapunzel* pgs 16-23. Nº34. Edição de setembro de 2012
- SALEM, N. *História da literatura infantil*. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1970
- STIRNER, Max. *O falso princípio de nossa educação*. São Paulo: Imaginário, 2001
- STIRNER, Max. *O único e sua propriedade*. Tradução João Barrento. Lisboa: Editora Antígona, 2004.

TRAGTENBERG, M. *A Escola enquanto Organização Complexa*. In: GARCIA, W. E. Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento. São Paulo: McGraw-Hill, 1981, p. 15-30.

TUCKER, M. J. *El niño como principio y fin*. In DE MAUSE, Lloyd. *História de La infância*. Madrid: Alianza Universid, 1991

ZILBERMAN, Regina. *A literatura Infantil na Escola*. São Paulo: Global, 2003

Sites consultados

<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/ritamarTSE.pdf> - Acesso em março de 2013

<http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br/posts/a-origem-e-o-significado-dos-contos-de-fadas/> - Acesso em março de 2013

<http://www.cartacapital.com.br/carta-fundamental/a-historia-dos-contos-de-fada/> - Acesso em março de 2013

<http://www.livrosepessoas.com/2012/05/29/a-origem-dos-contos-de-fadas/> - Acesso em março de 2013

<http://www.caminhandocontando.com/2012/06/as-origens-dos-contos-de-fadas.html> - Acesso em março de 2013

<http://www.mafua.ufsc.br/daniervelin.html> - Acesso em março de 2013

http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa12/alessandragarrido_autopia.html - Acesso em 01 de março de 2013

<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2693814> - Acesso em março de 2013

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/alice/comosurgiu.htm> - Acesso em 01 de março de 2013

<http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=1174-> Acesso em março de 2013

<http://www.cnmf.faced.ufu.br/> - Acesso em março de 2013

http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307742091_ARQUIVO_ApresentacaoXIconlabEricaAtem.pdf - Acesso em março de 2013

http://www.ghente.org/doc_juridicos/decldirhumanos.htm - Acesso em março de 2013

<http://www.significados.com.br/humano/> - Acesso em março de 2013

<http://filosofia.platanoeditora.pt/Site%20Inicial/Nietzsche.html> - Acesso em março de 2013

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9837 - Acesso em março de 2013

http://www.espacoacademico.com.br/069/69costa_mm.htm - Acesso em março de 2013

<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/934/93418042005.pdf> - Acesso em março de 2013

http://noticias.admitese.com.br/empregos_correiobrasiliense/template_interna_noticias,id_noticias=48749&id_sessoes=307/template_interna_noticias.shtml - Acesso em março de 2013

http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasletras/inicie/Bruna Brito.pdf - Acesso em março de 2013.

<http://www.letraspartilhadas.com/2012/02/alice-no-pais-das-maravilhas.html> - Acesso em março de 2013.

<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf> - Acesso em março de 2013.

http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=807060 - Acesso em 05 de março de 2013.

<http://www.zahar.com.br/doc/t1506.pdf> - Acesso em março de 2013.

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0224.html> - Acesso em 05 de março de 2013.

http://www.eca.usp.br/caligrama/n_7/pdf/yamamoto.pdf - Acesso em março de 2013.

<http://mozartls.blogspot.com.br/2008/10/michel-foucault-e-genealogia-da.html> - Acesso em junho de 2013

http://www.epsjv.fiocruz.br/pdts/index.php?livro_id=6&area_id=2&autor_id=&capitulo_id=13&arquivo=ver_conteudo_2 - Acesso em junho de 2013

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7657/5740> - Acesso em junho de 2013

<http://www.laryff.com.br/> - Acesso em junho de 2013

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9088b> - Acesso em junho de 2013

<http://peqseriea.blogspot.com.br/p/personagens.html> - Acesso em junho de 2013

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfJBwAI/estudo-dirigido-phillipe-aries> - Acesso em julho de 2013

<http://www.revipsi.uerj.br/v11n3/artigos/html/v11n3a12.html> - Acesso em junho de 2013

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/65/2683> - Acesso em julho de 2013

<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/n00006.htm> - Acesso em julho de 2013

<http://pelatocadocoelho.wordpress.com/2007/10/07/o-que-e-nonsense/> - Acesso em julho de 2013

<http://www.nu-sol.org/artigos/artigos.php?pagina=2&tipo=2#> - Acesso em julho de 2013

<http://siaibib01.univali.br/pdf/Karoline%20Braun.pdf> - Acesso em julho de 2013

<http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=p%C3%A1ria> - Acesso em julho de 2013